



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

Thaís Regina Fernandes Bulhões

**AÇÕES DE INTERVENÇÕES URBANAS COLABORATIVAS E SEUS
DESDOBRAMENTOS: O CASO DA COMUNIDADE DO PILAR E GUABIRABA**

Recife
2019

Thaís Regina Fernandes Bulhões

AÇÕES DE INTERVENÇÕES URBANAS COLABORATIVAS E SEUS
DESDOBRAMENTOS: O CASO DA COMUNIDADE DO PILAR E GUABIRABA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Área de concentração: Desenvolvimento Urbano

Linha de Pesquisa: Espaço Público e Planejamento Urbano.

Orientadora: Profa. Dra Letícia Teixeira Mendes.

Recife

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

- B933a Bulhões, Thaís Regina Fernandes
 Ações de intervenções urbanas colaborativas e seus desdobramentos:
 o caso da comunidade do Pilar e Guabiraba / Thaís Regina Fernandes
 Bulhões. – Recife, 2019.
 117f.: il.
- Orientadora: Letícia Teixeira Mendes.
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
 Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em
 Desenvolvimento Urbano, 2019.
- Inclui referências.
1. Espaço público. 2. Ativismos urbanos. 3. Arte urbana. I. Mendes,
 Letícia Teixeira (Orientadora). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2019-199)

Thaís Regina Fernandes Bulhões

**AÇÕES DE INTERVENÇÕES URBANAS COLABORATIVAS E SEUS
DESDOBRAMENTOS: O CASO DA COMUNIDADE DO PILAR E GUABIRABA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 21/03/2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Letícia Teixeira Mendes (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Edvânia Torres Aguiar Gomes (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Benedito Medrado Dantas (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico esta dissertação ao amor de minha família, especialmente ao meu irmão que esteve sempre ao meu lado com paciência e companheirismo fundamental para a efetivação desta jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

No Núcleo de Pesquisa Sociedade e Natureza – NEXUS/UFPE eu encontrei uma grande equipe e parceiros de jornada. Desde o segundo período da graduação na universidade surgiu a oportunidade de fazer parte deste grupo ao qual jamais esquecerei. Nesse caminho pude encontrar professores admiráveis ao qual ressalto a importância deles e dos meus colegas e também a relevância de cada debate e conversa interpessoal para meu enriquecimento individual e coletivo. Agradeço imensamente a Professora Edvânia que me valorizou enquanto pesquisadora e sempre será um referencial para mim enquanto profissional e ser humano feliz. Levo comigo a gratidão e o apreço por ter me conduzido, porém, mais que isso, por encorajar minha autonomia.

Agora, não poderia esquecer dos amigos que me confortaram quando necessário e acreditaram que conseguiria alcançar as minhas realizações. Amo minha família, ela me dá forças para viver e seguir em busca dos sonhos que almejo, o carinho de minha vó Valentina sempre estará comigo. Agradeço todo incentivo que recebi para percorrer distâncias e a recepção de braços abertos em cada regresso. Sou grata aos meus pais que me deram tudo em seu maior potencial, prezado Jorge você para mim é um exemplo de vivências que nem posso elencar. Mãe sou sua eterna aprendiz e pai obrigada por me deixar sempre atenta as atividades do cotidiano urbano que sempre me permitiu enfrentar, com seus cuidados de longe repercutindo no meu caminhar. À querida amiga Cibele que segurou minha mão desde o início e nessa caminhada nunca permitiu que eu me sentisse sozinha. Agradeço por cada toque de carinho, gesto de amor e convencimento. À probabilidade que ocorreu muito longe de casa e me mostrou horizontes (in)esperados, Mariana, você é a intervenção na prática.

Aos que percorreram comigo caminhos maravilhosos e me inspiraram aventuras e paixões por lugares e memórias, grandes amigos que a geografia permitiu que eu conhecesse sempre serão lembrados. A minha orientadora Letícia Teixeira por me propor ideias em outras perspectivas. Minha cúmplice Juliana do MDU por se arriscar junto a mim nos prazos da academia, meu protetor Felipe Hatsui, que mesmo estando no Japão pergunta sobre a dissertação e ao abstracionismo do Mario que envolveu paulatinas mudanças em mim. Aos Diegos que compõem a minha vida, só agradeço toda a liberdade de falar e ser ouvida por vocês, na qual habita em mim tanto respeito. Vocês são os alunos que eu sempre quis ter. De maneira especial agradeço a solicitude de uma das pessoas mais importantes na coordenação do MDU, Renata, que tanto contribuiu para viabilizar esta pesquisa, obrigada por me nortear. Ao estímulo pela concessão de bolsas e auxílios pela Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (Capes), à pequeno Alex com sua rica aprendizagem autodidata e curiosidade fotográfica urbana que me auxiliou a ilustrar não só este texto mas ampliar o futuro, e ao abraço inefável de Cesar e suas conexões.

Por fim, aproveito para frisar algo que talvez não seja uma novidade. Elaborar está pesquisa foi como reencontrar a minha ação na sociedade através do que faço. Redescobrir em mim caminhos e paisagens lindas, que se faz possível por meio da arte e sua contribuição para a educação, as duas juntas tem uma relação harmoniosa que potencializa o aprendizado. Mas revelo que as dificuldades estão presentes, no entanto se tornam estímulos para seguir com o que acredito, os melhores desenhos que fiz durante esta pesquisa foram os que envolveram pessoas e suas histórias, os que também se misturam a rua e suas surpresas inflexíveis. A todos que conheci nessa caminhada e me ajudaram a acreditar que fazer o que ama é um dos pilares para gerar revolução.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo realizar uma análise das intervenções urbanas realizadas em Recife, em especial na comunidade do Pilar e Praça da Guabiraba nos espaços públicos inseridos na paisagem urbana, a fim de compreender a configuração espacial destes, observando a relação entre as duas formas que o espaço foi concebido, sua função, estrutura e processo de autogestão, identificando as etapas do processo e metamorfoses. Ao analisar essas duas intervenções aos quais estão em sítio e situação distintas, percebe-se diferenciações em vários aspectos, surgindo assim alguns questionamentos acerca deste assunto: Como as intervenções urbanas são configuradas no espaço? Como são formadas e estruturadas? Acerca da função social dos equipamentos utilizados, eles são capazes de promover algum tipo de (re)funcionalização do espaço? Como se apresentam em âmbito local? Desta forma, percebe-se que as comunidades refletem e condicionam formas de gestão sócio-espacial distintas e/ou comuns no plano das relações cotidianas do lugar, cujas afinidades desafiam diferenciações entre os sistemas político administrativos, socioeconômicos e culturais.

Palavras-chave: Espaço público. Ativismos urbanos. Arte urbana.

ABSTRACT

This thesis analyzes a variety of urban interventions made at Recife with focus on two low incoming communities “Pilar and Guabiraba park” on public areas located in urban zones to better understand the space project concept and analyze the process in which the community transformed the areas according to their real use and needs. Investigating these two scenarios at completely different locations and conditions, it is possible to perceive some particularities between them, both were changed by the people around them, with it in mind some questions raised: How urban interventions are setup on urban space? How structures are made up? What are their social function? On social area, are the new facilities capable to transform the area? What perceptions the population use to have about those areas? What is their perception after the space transformation? How this space transformations affects the community around them? Thus, social interactions are built from and around these areas. These interactions are strong enough to impact the community socioeconomic and on daily life.

Keywords: Public spaces. Urban transformation. Urban art.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O AVANÇO DO URBANO SOBRE A CIDADE: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS	13
2.1	ESPAÇOS PÚBLICOS: ALGUMAS REFERÊNCIAS TEÓRICAS	23
2.2	OS MOVIMENTOS SOCIAIS E SEUS AGENTES EM TERRITÓRIO URBANO	28
3	OS NOVOS ATIVISMOS SOCIAIS URBANOS INSERIDOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS	38
3.1	AÇÃO DE INTERVENÇÃO COLABORATIVA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO NA COMUNIDADE DO PILAR	60
3.2	REDE DE VIZINHOS QUE JUNTOS FORMARAM A PRAÇA AUTÔNOMA DA GUABIRABA	70
4	A SAÍDA DOS PROTAGONISTAS E A SUA PERMANÊNCIA: RESULTADO DAS INTERVENÇÕES EM ESCALA TEMPORAL	77
4.1	A REPRESENTATIVIDADE DA ARTE NAS FACHADAS DAS COMUNIDADES	84
4.2	CRIATIVIDADE E MUDANÇA SOCIAL: RELAÇÃO ENTRE PARADIGMAS	91
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
	REFERÊNCIAS	112

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação pretende fazer uma análise descritiva acerca dos ativismos urbanos que utilizam a transformação de áreas degradadas ou inexistente em espaços de convívio social, no qual se pretende enfatizar as intervenções colaborativas inseridas sob duas perspectivas, a primeira se refere a um processo onde o esforço para construção de um ambiente de lazer parte de um grupo externo a comunidade. A segunda diz respeito a um efeito que surge no interior da comunidade, e é produzida pelos próprios moradores de acordo com suas necessidades latentes.

A asserção desta pesquisa possui o interesse de discutir e analisar novas formas de atuar e promover meios de reunir esforços e viabilizar ações eficazes para a realização de intervenções urbanas nos espaços públicos, com o objetivo de compreender a mudança das pessoas no uso do espaço a partir da forma que ele foi concebido, sua relação com o ambiente a fim de interpretar a configuração espacial destes espaços, a partir da forma-conteúdo, função, estrutura e processo que ele foi desenvolvido em especial nas intervenções realizadas na comunidade do Pilar e na Praça da Guabiraba, que fomentam o conjunto de ação dos espaços concebidos pela participação dos próprios moradores e usuários, para eles e por eles definidos.

Para atingir esse objetivo, elaborou-se uma análise mais complexa das intervenções urbanas que ocorreram nesses dois locais, permeando os espaços públicos, com o intuito de:

- Identificar diferentes formas de atuação nas intervenções urbanas;
- Compreender a importância das relações sociais nas configurações territoriais dos espaços públicos;
- Compreender a função que as intervenções urbanas desempenham na cidade;

- Identificar a adequação dos espaços pelos próprios usuários para eles e por eles definidos;
- Identificar os usos e as práticas, a fim de compreender a dinâmica interna nas comunidades.

Foram os problemas e as conquistas originados por essa proposta que impulsionaram esta pesquisa a apontar possíveis reflexões sobre esse assunto, buscando analisar a importância do posicionamento e do engajamento de uma instituição pública e seus dirigentes no contexto de oferecer possibilidades para a construção de áreas de convívio social.

Para o desenvolvimento desta dissertação foi necessário realizar um levantamento bibliográfico acerca do tema em questão, o qual foi de suma importância para se obter uma revisão dos conceitos discutidos e também com a finalidade de colher dados referentes aos objetos de estudo, também foram úteis a mídia impressa e digital, que dispõem de inúmeras informações sobre essas atuações de intervenção urbana. Marcelo Lopes de Souza (2013, p.238), ao mencionar o conceito de prática espacial, que está relacionada com o campo de atuação das intervenções, como [...] a ponte conceitual entre as relações sociais e o espaço . Aprofunda-se no sentido de ligação entre o social e o espacial. Porém, ressalta atenção a não exageração nem de um nem de outro. Tendo em vista que as práticas espaciais são uma qualidade de práticas sociais e que nem todas as ações são práticas sociais ou espaciais. Defende o que chama de práticas espaciais densas de espacialidade e para isso, define:

[...] podemos dizer que, se nenhuma prática humana é totalmente independente do espaço social, por outro lado é preciso admitir que muitas das ações humanas se mostram como sendo dependentes da dimensão espacial da sociedade de um modo indireto, fraco, sem grande complexidade ou, ainda, mais ou menos banal. É óbvio que a pesquisa sócio-espacial pode e deve se interessar também por essas ações: seja porque elas se entrelaçam com práticas espaciais, ou mesmo as condicionam ou lhes dão origem, seja porque elas próprias se acham condicionadas pela espacialidade, às vezes de

maneira evidente e plena de consequências. Mas nem por isso devem ser consideradas práticas espaciais (SOUZA, 2013, p.246).

Como instrumental metodológico, portanto, a observação participante e entrevistas informais com e sem diretriz foram efetuadas. Realizou-se também a coleta de dados primários a partir de saída de campo específica com o objetivo de elaborar croquis (de caráter exploratório) selecionando duas intervenções distintas por possuírem características de implementação diferentes, porém são semelhantes em seus usos e funções. Dessa forma foram entendidas como fontes de dados importantes para que se possam apresentar elementos para uma reflexão a respeito da questão levantada.

No primeiro momento, pretende-se contextualizar de maneira sucinta como se deu a constituição do urbano nas cidades, sobretudo nas cidades brasileiras, e especificamente na cidade do Recife.

No segundo momento, serão descritas as intervenções ocorridas na comunidade do Pilar e Praça da Guabiraba, destacando o espaço urbano no mundo contemporâneo e conceitos abordados na literatura, bem como identificar os agentes que participaram de sua constituição e os conflitos que se instauram mediante o choque entre as ações de cada um.

No terceiro momento procurou-se apresentar como se efetivou a ação nas comunidades locais onde as condições de vida são socialmente preconizadas pela urbanização, ação essa que pode se constituir numa luta pela construção de seus territórios de vida, num esforço de resgate da cidade a criatividade pode ser um recurso necessário de mudança social.

Acredita-se, que a abordagem empregada nesta pesquisa, proporcionará um acréscimo aos estudos urbanos realizados sobre ações de intervenção urbana, com uma contribuição de cunho teórico-metodológico à análise urbana.

2 O AVANÇO DO URBANO SOBRE A CIDADE: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS

Para entendermos a produção do urbano, faz-se necessário, antes de tudo, entendê-lo enquanto um processo dinâmico que surge na cidade, mas que não se limita a ela. É preciso também partir de um entendimento da cidade enquanto um modelo de relação socioespacial que se realiza mediante sua relação antagônica e ao mesmo tempo complementar com o campo. A cidade surge na Grécia Antiga e junto com ela tem origem os espaços públicos, em função da reforma política de Clístenes¹, surgindo contemporaneamente à democracia Grega. Com a reforma houve a substituição da representação política baseada nas tribos gentílicas por uma representação de base espacial, refletindo-se em uma divisão territorial, surgindo assim uma nova categoria do espaço, o espaço público, lugar da nova ordem mundial. Como afirma Paulo C. C. Gomes:

A simetria igualdade e reciprocidade das relações entre esses novos personagens sociais, os cidadãos, definidos pelas leis de isonomia de Clístenes, pressupõe um novo arranjo espacial; o espaço da polis é então pensado e figurado como um círculo. Ao centro, a ágora, antigo espaço aberto destinado ao mercado, é desde então delimitado e ganha o estatuto do espaço público, lugar de encontro dos isoi (iguais). (GOMES, 2002, p.40)

Enquanto locus privilegiado da atividade política, ela toma forma como reflexo das mudanças nas proporções de relação hegemônicas mediante resultado do conflito entre os interesses dos habitantes das cidades, contra uma oligarquia rural que controlava o poder e a produção de riquezas. Os povos, antes apenas unidos por laços sanguíneos (clãs) que viviam no entorno da exploração da produção agrícola dispersos por suas terras, passaram a conviver, tendo que para isso desenvolver certas regras de coabitação. O pequeno e hierarquizado espaço de vida familiar que antes caracterizava o mundo rural, passou a ser

¹ Antes da reforma política de Clístenes, “a valorização de cidadania na Grécia era, portanto, a luta pela reorganização do poder, travada contra os genos e as fatrias e suas formas de solidariedade, baseadas em laços de consangüinidade.” (Gomes, 2002, p.131)

paulatinamente dominado pelos diversos e conflituosos espaços das cidades que, aos poucos, tornaram-se os lugares das primeiras experiências democráticas. Dessa forma, com o desenvolvimento da democracia nas cidades-estado da Grécia, surgem novos elementos urbanísticos que viabilizam uma participação muito maior do povo nos assuntos da comunidade.

Assim, na Grécia, o espaço público era o lugar do reconhecimento da liberdade e da igualdade, condições que permitiam intervir na vida política da polis. Mas o fato é que a cidade surge e se desenvolve no âmbito de sua relação com o campo, no sentido de sua dominação. Em Roma, a *res publica* (coisa pública) era uma determinada propriedade geralmente aberta à população. Muitas cidades romanas eram construídas conforme um padrão em forma de xadrez, com os edifícios públicos localizados no centro, em posições estratégicas. Entretanto, segundo Tavares (2002), a vida em comunidade privada decorria da necessidade, a vida na *civitas*, no espaço público, era uma exigência da liberdade. Se no privado as relações se davam em planos desiguais, no público visava-se à igualdade. A existência de um espaço público que induzisse comportamentos e que condicionasse formas de comunicação já era observada em Roma.

Os romanos tinham a preferência por realizar traçados regulares e geométricos e, quando isso não era possível, integravam nas cidades conjuntos urbanísticos-arquitetônicos de grande aparato que constituíam em si próprios a parte mais impressionante e majestosa da cidade (GOITIA, 1982). Estes enclaves monumentais, rigorosamente geométricos, dentro da estrutura irregular da cidade, eram em primeiro lugar, os foros. O Foro (Figura 1) da antiga Roma foi originalmente um setor da cidade aberto a reuniões públicas. Posteriormente, construíram-se mercados e templos nessa área e passou a ser o centro do governo.



Figura 1: Foro Romano, o centro de poder da Roma Antiga.

Fonte: <https://www.viajenahistoria.com.br>

Espaço público e religião se inserem em uma perspectiva de associação, pois a religião para os romanos significava *re-ligare*- que significa estar ligado ao passado - onde a palavra e a ação que se projetam em determinado espaço público estão ancoradas na trindade romana do sagrado, da tradição e da autoridade (ARENDT, 2002). A existência desses elementos complementa e reverbera a experiência democrática que se realiza no espaço.

É na cidade onde novas formas de relação socioespacial insurgem, como no período de desenvolvimento do comércio medieval europeu, por exemplo, no qual as cidades passaram a dar suporte às trocas comerciais de mercadorias produzidas no campo. Na cidade, os diferentes valores de uso passaram a incorporar valores de troca, originado principalmente pelo desenvolvimento de grupos específicos do tipo mercantil e artesão, fomentando o processo ao qual, mais tarde, iria fazer surgir a produção do comércio, fato que dá verdadeiramente lugar a produção das cidades.

Segundo Goitia (1982) a organização feudal e agrária dominava completamente. No entanto, com o desenvolvimento do comércio, nos séculos XI e XII, vai se construindo uma sociedade burguesa que é composta não só por mercadores viajantes, mas também por outras pessoas fixadas permanentemente nos centros onde o tráfico se desenvolve: portos, cidades de passagens, mercados importantes, vilas de artesãos, etc, ou seja, indivíduos que exercem todos ofícios requeridos pelo desenvolvimento dos negócios. A cidade atrai, por conseguinte, um número diverso de pessoas do meio rural que encontram ali um ofício e uma ocupação.

Na história, o que se pode chamar de “cidade medieval” foi, paulatinamente invadida pelo comércio desenvolvido por aqueles indivíduos desgarrados das relações feudais (que mais tarde iriam ser denominados burgueses). Como descreve Lewis Mumford, as muralhas medievais que protegiam castelos, igrejas e mosteiros imponentes sucumbiram ao desenvolvimento das praças de mercado, onde eram comercializados, entre outros objetos, a produção agrícola próxima (MUMFORD, 1965). A cidade foi se caracterizando enquanto o lugar para onde se destinava a produção agrícola e onde também se determinava o valor das mercadorias no processo da troca, o que em última instância sempre teve o trabalho como base.

No entanto é preciso esclarecer que essa inflexão nunca significou o total enfraquecimento do campo diante de sua situação de subordinação à cidade. Essa relação subordinação/dominação, como se sabe, sempre foi muito mais uma relação de interdependência do que de anulação um do outro, pois a cidade sempre necessitou do campo para além de manter sua dominação, manter também sua própria reprodução. O campo, por sua vez, sempre abasteceu a cidade e ao mesmo tempo teve naquele lugar o

meio de escoamento dos excedentes de sua produção e provimento dos bens e serviços muitas vezes necessários à sua reprodução.

Mas o que há de mais importante a se destacar nesse primeiro momento, de desenvolvimento das relações mercantis, é que a cidade passa a se direcionar à formação do urbano, pois é nos burgos, nas praças de mercado, nos entrecruzamentos das rotas comerciais que começam a se propagar um novo modelo de relações socioespaciais, relações essas que tinham a economia como motor, mas se desdobravam e se influenciavam mutuamente a aspectos culturais e políticos específicos.

Goitia (1982) afirma que, o fato de muitas vezes ter de se adaptar a uma topografia irregular condicionou a fisionomia especial da cidade medieval. No qual, o traçado das ruas tinha que resolver as dificuldades da localização, fazendo com que elas fossem sendo construídas de modo irregular. A cidade adquiriu uma importância espiritual de primeira ordem, cujo o centro era sempre ocupado pela catedral ou templo, neste mesmo local habitualmente servia também para as necessidades do mercado, era nele que se erguiam os edifícios mais característicos da organização da cidade, constituindo assim o verdadeiro centro cívico da organização urbana.

O segundo momento da formação mais geral do urbano se deu com a industrialização, e a essa etapa Lefebvre (2001 [1968]) deu o devido destaque. Segundo o autor, o urbano é decorrente apenas do processo de industrialização e que antes da indústria o que se viam eram Cidades-obras lócus da vida cotidiana, que não ocupavam centralidade no modelo de relações hegemônico, até porque apenas uma pequena parcela da população habitava esses centros. Embora tenham surgidos poucas “cidades industriais” no início da industrialização européia, o próprio caráter expansivo do modo de produção capitalista se

transplantou para o próprio modelo de urbanização, tornando-se também característica da própria produção de todo o espaço social.

O espaço urbano então nascente se estendeu para além dos limites da cidade, transformando áreas periféricas - as cidades próximas e o campo. Pouca coisa conseguiu efetivamente resistir à urbanização que, para Lefebvre (2001 [1968], 1970), corresponde ao próprio processo de modernização capitalista. Tal processo, por sua vez, tem realizado a subordinação do campo em relação à cidade. Ademais, além de lócus privilegiado para a atividade política e para a troca de excedentes da produção agrícola, também passou a ser o lugar da transformação dessa produção primitiva para novos produtos, com novos valores agregados, o que sempre correspondeu a mais trabalho agregado. Em decorrência disso, a urbanização trouxe uma série de modificações espaciais; essas visavam dar respaldo a reprodução das condições gerais de produção então hegemônicas, incluindo as condições de reprodução coletiva da força de trabalho.

O radiocentrismo dos planos urbanos determina especialmente uma relação de hierarquia e interdependência. A relativa uniformidade do espaço cria as condições para que socialmente as antigas hierarquias sejam configuradas em um novo desenho da cidade, mais geométrico e mais polarizado. A urbanização, que significa o processo de realização do urbano, trouxe no cerne de sua atuação, conforme aponta Lefebvre:

O urbano se distingue da cidade precisamente porque ele aparece e se manifesta no curso de explosão da cidade, mas ele permite reconsiderar e mesmo compreender certos aspectos dela que passaram despercebidos durante muito tempo: a centralidade, o espaço como lugar de encontro, a monumentalidade etc. O urbano, isto é, a sociedade urbana, ainda não existe e, contudo, existe virtualmente; através das condições entre o habitat, as segregações e a centralidade urbana que é essencial à prática social, manifesta-se uma contradição plena de sentido (LEFEBVRE, 2008, p.84).

Na perspectiva do autor, o urbano significa a emergência de uma nova sociedade, sob um ponto de vista histórico, a cidade passa do caráter político ao comercial e dele ao industrial e, a partir das transformações deste, surge em outro patamar: o urbano. A destruição da cidade enquanto arte humana, lugar da tríade “comércio, poder e frivolidade”, em detrimento de uma cidade enquanto mercadoria, destinada a troca e a mais-valia. Esse autor, afirma ainda, que a realidade citadina depende do valor-de-uso, mas a industrialização e a centralidade da mercadoria no mundo moderno faz com que tudo na cidade possua um valor-de-troca (além de seu valor-de-uso). De acordo com Lefebvre (1999, p.28) “A cidade traz tudo para si, num processo de implosão, para logo explodir num movimento que inclui a concentração urbana, o êxodo rural, a extensão do tecido urbano e a subordinação completa do agrário ao urbano”. Tudo na cidade passa a ser comercializável, o que significa dizer que passa a ser destinado a obtenção de mais-valia, destinação essa que serve, entre outros aspectos, para o crescimento do próprio modo de produção hegemônico.

Depois, um terceiro momento que se pode admitir nesse processo de formação do urbano, diz respeito a intensificação e ao fortalecimento do processo de modernização/industrialização/urbanização da cidade e o conseqüente transbordamento desse processo em direção ao campo. Uma nova forma de vida é instaurada na cidade a partir do século XX, forma essa que está altamente pautada em um consumo crescente dos próprios produtos do mercado monopolista. O Estado passa a garantir a reprodução social por meio dos programas assistencialistas, garantindo também, dessa forma, a manutenção das condições de reprodução do sistema capitalista. O campo se volta à reprodução desse modelo também na medida em que pauta sua produção para abastecer os consumidores urbanos. Para isso, inovações no modo de produção agrícola são introduzidas com vistas a

maximizar o processo produtivo para atender a demanda sempre crescente tanto na cidade como no próprio campo.

A revolução industrial proporcionou uma modificação fundamental nas cidades nos tempos modernos. Segundo Goitia (1982), esta revolução deixou as cidades desarmadas perante a tirania dos instrumentos de produção. As fábricas tornaram-se donas e senhoras do solo urbano e suburbano. As cidades industriais assumiram formas e características diferentes nos vários países, marcadas pelo adensamento no que se refere ao aproveitamento do terreno e aglutinação de interesses. Tirava-se maior partido do solo, no sentido da apropriação do espaço para fins de construção em detrimento de espaços livres e pátios. O autor ainda afirma que o congestionamento e as condições de vida cada vez mais precárias nas cidades modernas, principalmente nas fortemente industrializadas, invadidas pelas chaminés das fábricas, ameaçadas pelos perigos de uma civilização intensa, sem sossego por causa dos ruídos da civilização mecanizada, conduziram a uma nova valorização dos ambientes camponeses e de vida suburbana. A cidade nesse período é marcada pela dicotomia trevas-luzes, referente à diferenciação das classes sociais (burguesia e proletariado).

O espaço público no século XIX foi bastante renegado em função dos interesses capitalistas determinados a partir da Revolução Industrial. Houve um aumento da produtividade do trabalho humano em proporções nunca vista antes, a geração de riquezas decorrente de tal revolução propiciou o amadurecimento do capitalismo, ao qual passou a ser associado o desenvolvimento da técnica. Não havia uma relação social intensa entre os habitantes das cidades, pois estes tinham apenas a função de produzir. A necessidade de planejar o desenvolvimento urbano, enfrentando problemas de saúde pública, saneamento básico, abastecimento, desordem habitacional, poluição, lazer e outros, se acentuou e se

tornou extremamente aguda com a formação dos grandes aglomerados fabris - consequência da Revolução Industrial - e com a invenção dos modernos meios de transporte terrestre (ferrovia, metrô, automóvel), que simultaneamente trouxeram para o tráfego urbano novos problemas e novas soluções técnicas.

O urbano sob a forma de cidade industrial e depois como cidade do consumo existe na Europa desde o século XIX, mas no Brasil vai se efetivar concretamente apenas a partir do início do século XX, quando o país efetivamente se industrializou (MONTE-MÓR, 2006). Todavia, isso não significa que o país apenas se modernizou no século XX, a modernidade sempre foi um fenômeno global desde o século XVIII, e o Brasil já aspirava ao estilo de vida moderno. Suas cidades, por consequência, já respondiam aos ditames da urbanização. A busca por mais modernização é que se acirrou no início do século XX, fato que vai se repercutir na forte e seletiva industrialização dos grandes centros, sobretudo a capital do Estado de São Paulo, e na “mono-industrialização” de pequenas cidades que ofereciam vantagens locacionais. Esse processo vai se materializar graças a três distintas posturas governamentais de âmbito federal: o crescimento Vargasista; o desenvolvimentismo Juscelinista; e o desenvolvimento centralizado do período militar. Tais posturas, por sua vez, repercutiram-se em distintos momentos da política urbana.

Em Recife, o processo de urbanização se assenta numa cidade histórica, mas decadente no cenário nacional e locus de enormes conflitos geo-políticos locais. Na cidade que insurgiu da lama, há muito já havia um forte processo de extensão e consolidação da malha urbana, mas sua efetiva urbanização só se deu com a chegada das primeiras indústrias (sobretudo as têxteis), o desenvolvimento do porto, a imigração advinda do campo e a consequente constituição de inúmeros fragmentos de pobreza encravados entre o cimento e os alagados. A regra majoritária na constituição dessa cidade sempre foi, desde o

período colonial, a ocupação das planícies enxutas e de fácil arruamento pelas classes mais abastadas, relegando as áreas de planície alagada e encostas de morros para as classes subalternas. Edificou-se, dessa forma, uma cidade limpa e racional nos melhores sítios, ao passo que os segmentos socioeconomicamente mais precários foram obrigados a residir nos sítios mais complexos de serem devidamente habitados. Uma breve e brilhante descrição de todo esse processo nos é dada por Bitoun (2006, p. 257):

Desde os tempos coloniais e com a explosão urbana da segunda metade do século XX, de modo mais veloz e maciço, reproduz-se a cada geração uma apropriação do solo que configura um "círculo vicioso", fundamentado numa escassez socialmente criada a partir da apropriação jurídica (das sesmarias ao Código Civil) e do funcionamento do mercado de terras: A apropriação dos melhores terrenos por parte de setores sociais mais poderosos e o preço da terra, tornado inacessível pelos mecanismos formalizados do mercado, levam os setores menos poderosos e mais pobres a ocupar ambientes físicos que, para serem corretamente construídos, exigem custos maiores de engenharia e saberes mais complexos. As famílias construtoras, em situação de pobreza e com pouco acesso à informação, não podem lançar mão de soluções de engenharia adequadas à edificação em sítios físicos tais como as planícies de inundação e as vertentes íngremes, tanto pelos custos quanto pela visão sistêmica que exigem.

Ao longo da história, o espaço público vai sendo percebido de acordo com a estrutura existente no momento e com os interesses predominantes. De forma recorrente e inevitavelmente dependente da corrente dominante, o espaço está sempre ligado a três elementos: a configuração espacial, o poder e as relações sociais, cada um desses possui mais relevância em um determinado momento da história. A atuação do Estado, por sua vez, sempre deu maior respaldo aos interesses privados do que aos populares. Os projetos de reorganização do tecido da cidade foram as máximas desse processo de ordenação/modernização, bem como a destruição sistemática das moradias precárias e a produção em massa de novas habitações.

Mesmo tratando de maneira correspondente a cidade e o urbano, Corrêa (1995), no âmbito da produção do conhecimento geográfico brasileiro, é quem nos traz a mais singela e ao mesmo tempo rica interpretação sobre os agentes produtores do espaço urbano. Para

esse autor, o espaço urbano, tratado como sinônimo de espaço citadino, possui quatro características basilares: é fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social. O espaço é fragmentado porque reflete as relações de produção, mas seus fragmentos sustentam relações uns com os outros de maneira variável. Da mesma maneira que reflete, o espaço urbano também condiciona as relações sociais no sentido da manutenção do modo de produção o qual tais relações se acham imersas, pois as formas espaciais são criadas, antes de tudo, para fornecer as condições de reprodução do modelo que as produziu.

2.1 ESPAÇOS PÚBLICOS: ALGUMAS REFERÊNCIAS TEÓRICAS

Na sociologia, de forma geral, o espaço público é fundamentalmente o espaço do encontro com o Outro, com o diferente de si. É o espaço onde as relações íntimas do grupo primário se enfraquecem e, dessa forma, se fortalecem as relações coletivas que possibilitam as trocas fundamentais, o convívio com a diferença da Civilização. Para Leitão (2002), atestam esse fato às teorias urbanísticas elaboradas e difundidas durante o século XX, nas quais o espaço público foi sempre tratado de modo “contingente e parcial”, privilegiando-se apenas a circulação ou a organização comunitária da vida coletiva. Na filosofia, a noção de espaço público está associada à expressão do pensamento, do direito à palavra, da construção do argumento através do exercício do discurso livre, sem o qual não se pode falar em liberdade ou em democracia.

A discussão relativa ao espaço público perpassa a obra da autora Hannah Arendt (2007) em *A Condição Humana* que os eixos dessa noção são apresentados de maneira

mais sistematizada em meio às inúmeras referências à antiguidade greco-romana, à abordagem sobre a vida ativa e à discussão desta última na modernidade. O espaço público na referida obra tem, comumente, três aspectos. É constituído primeiramente pela aparência, pela visibilidade. É, também, o mundo enquanto artefato ou produto humano.

[...] Tem a ver com o artefato humano, com o produto das mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem. Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens (ARENDT, 2007, p. 64).

E, por fim, é o espaço da palavra e da ação, atividades condicionadas pela condição humana da pluralidade. Na confluência desses três elementos, o espaço público se constitui no espaço da liberdade (política). Hannah Arendt diz que o termo público significa “tudo que pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade” (ARENDT, 2007, p. 59).

Levando em consideração a definição de espaço de Milton Santos (1986), considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. Público é o que é comum a todos e, por isso, o elemento mediador das relações entre os homens. E esse mundo construído pelas mãos humanas, artefato humano, não é, segundo Arendt (2007), a terra, tampouco o mundo do labor, mas, ao contrário, trata-se do mundo das relações entre os homens, dos negócios humanos. De modo geral, a definição de espaço público, no urbanismo, é dada aos espaços de uso comum, apropriados livremente pelo conjunto das pessoas que vivem numa cidade. Esses espaços podem ser verdes, a exemplo dos parques, jardins, etc., como

também não verdes, como ruas, praças, pátios, etc. Entretanto, o espaço público, com efeito, se define pelo seu estatuto de domínio público, diferente daquele das propriedades disponíveis para a edificação. Nesse sentido o espaço público não se confunde com os edifícios abertos ao público, como lojas, casas de espetáculos entre outros.

Com isso, o espaço público passa a se identificar como uma intensa relação entre as morfologias urbanas, as relações sociais e práticas espaciais. Estes elementos, sempre em tensão, são responsáveis pela constante modificação da configuração territorial desses espaços. Segundo Campos (1995), as práticas existentes no espaço urbano são também geradoras de regras de convívio, domínios, hierarquias que se materializam e se acumulam na tentativa da própria sociedade de adequar aquele espaço às novas condições e à complexidade de novas atividades contemporâneas. São representações legitimadoras de momentos específicos desta sociedade.

O espaço urbano não pode ser visto como espaços estáticos, pois estão sempre em processo de transformação e contínua adaptação às condições da sociedade moderna, registrada em diversas formas de utilização dos espaços públicos por seus usuários. (CAMPOS, 1995, p. 07)

A todos estes elementos de caráter objetivo que distinguem o espaço público é necessário acrescentar as conotações subjetivas derivadas fundamentalmente pelo uso tradicional e o cotidiano, pelos imaginários individuais e coletivos, relacionados com histórias pessoais, feitos históricos, lendas urbanas e movimentos populares. Um mundo comum que nos precede e que sobreviverá a nossa partida:

[...] é aquilo que adentramos ao nascer e que deixamos para trás quando morremos. Transcende à duração de nossa vida tanto no passado quanto no futuro: preexistia à nossa chegada e sobreviverá à nossa breve permanência. É isso que temos em comum não só com aqueles que vivem conosco, mas também com aqueles que estiveram antes e aqueles que virão depois de nós (ARENDT, 2007, p. 65).

Mas além dessas conotações objetivas e subjetivas o espaço público contém, por sua própria essência, uma característica fundamental: permite conectar lugares e pessoas de todo tipo e procedência, em qualquer momento. Portanto, o espaço público é intrinsecamente o mais democrático da cidade ao facilitar o intercâmbio mais heterogêneo em tempo, espaço, idade, gênero, nacionalidade. As praças, calçadas, parques e jardins, ruas e avenidas que conformam o espaço público na cidade tradicional, constituem o primeiro elemento de percepção do lugar. Do impacto que ele produz, dependerá um ato de repúdio ou aproximação do centro histórico da cidade e, por extensão às áreas centrais cidadãs.

Um espaço genuinamente público só pode ser constituído sob a égide da mesma. Assim, a esfera pública é o lugar da palavra e da ação, espaço da pluralidade. Postula a autora:

[...] Somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que veem o mesmo na mais completa diversidade, pode a realidade do mundo manifestar-se de maneira real e fidedigna (ARENDT, 2001, p. 67)

Com a lucidez encontrada em autores desta estatura, arremata Arendt (2001, p. 68) com uma de suas mais sugestivas afirmações: “O mundo acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite uma perspectiva”. É no caráter da multidisciplinaridade que a vida pública acontece e é nesse mesmo cenário que ocorre discussões e conflitos, onde, de uma forma ou de outra, traduzem-se em uma disputa territorial. A partir dessa visão, entende-se que o espaço público é o local onde a cidadania pode ser concretizada, desta forma é necessário analisar o espaço público levando em consideração a cidadania.

Para Lefebvre (1991), o direito à cidade não pode ser formulado como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser concebido como um direito

à vida urbana, transformada, renovada. Uma cidade que possa ser usufruída por todos/as, tanto do ponto de vista de sua materialidade, quanto de seu potencial subjetivo. A vida urbana deveria ser entendida como lugar do encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontrando a sua base morfológica, sua realização prático-sensível. O exercício da cidadania está estreitamente ligado ao direito à cidade, este que se manifesta como uma forma superior de direitos: direito à liberdade, à individualização, na socialização, ao habitat e ao habitar.

O espaço público também pode ser visto como espaço do cotidiano onde está bastante relacionado com o que acontece no uso das edificações que o conformam:

[...] o cotidiano é muito mais que o inconsciente fluir de dias sempre iguais; é no cotidiano que o cidadão se encontra diante de coações e vigilância; mas na repetição também pode surgir a essência do imaginário. (...) Há, portanto, criação de um mundo prático e sensível a partir de gestos repetitivos. Há brechas no cotidiano que abrem espaço para o criativo. (CARLOS, 1996: 99-100).

Por trás da aparência de neutralidade e vazio do espaço, esconde-se seu caráter político de instrumental para o controle da sociedade, assim como a importância que ele assume no processo de reprodução e acumulação capitalista, na sua produção como fragmentos possíveis de comercialização. Lefebvre (1974) evidencia as contradições que se manifestam ainda na oposição entre dominação e apropriação, quando a funcionalização do espaço o afasta das possibilidades do uso cotidiano.

Nessa perspectiva, Carlos (2001, p.12) propõe três níveis de análise para abordar a produção do espaço: dominação política, acumulação do capital e realização da vida humana. O primeiro remete-nos ao papel do poder político associado às elites e aos grupos representativos do grande capital na produção do espaço urbano, já a acumulação do capital pode ser lida na implementação de projetos que contribuem para a valorização ou a

desvalorização de áreas e a apropriação privada dessa valorização, assim como a comercialização da cidade, presente no surgimento de novos produtos imobiliários, e por conseguinte, a esfera da realização da vida humana materializa-se nos espaços que possibilitam ou dificultam práticas cotidianas de lazer, de consumo, de circulação.

Os espaços públicos são elementos de extrema importância na gestão urbana, pois são nesses espaços que se materializa a vida da cidade. Apesar de ser regido por leis oficiais, o espaço público é permeado de normas definidas simbolicamente pelos usuários da cidade, desta forma, de acordo com as necessidades pessoais de uso e apropriação do território². Com isso é possível perceber que este espaço não é estático, cristalizado, ele possui uma dinâmica em função da diferenciação dos usos e das práticas sócio-espaciais ao longo do tempo, o que proporciona uma constante modificação do espaço. Sob a análise geográfica, o espaço público se caracteriza por ser um espaço de busca de materialização da cidadania. Este é o papel da geografia, fazer esta articulação espaço público - relações sociais, e compreender as dinâmicas existentes nesses espaços.

2.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E SEUS AGENTES EM TERRITÓRIO URBANO

A concepção de movimentos sociais esteve, durante boa parte do tempo, associada aos movimentos de caráter revolucionário cujas ações e lutas políticas se enquadravam dentro de um espectro político frequentemente mais radical. Até os anos 70, era frequente a associação das lutas políticas dos movimentos sociais a um suposto quadro de luta de

² Território é “parte de uma extensão física do espaço, mobilizada como elemento decisivo no estabelecimento de um poder. Ele é assim uma parcela de um terreno utilizada como forma de expressão e exercício do controle sobre outrem. Por meio deste controle é possível a imposição de regras de acesso, de circulação e normatização de usos, de atitudes e comportamento sobre o espaço.” (p.12. P.C.C. Gomes)

classes no interior das sociedades capitalistas – portanto, dentro de um contexto muito mais amplo, relacionado com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção existentes. Os movimentos sociais eram identificados basicamente como um produto da ação histórica da sociedade, ante as contradições do sistema capitalista. Desta forma, é necessário analisar, o espaço público como um espaço em constante transformação, como palco das relações sociais desses movimentos, entretanto, que se modifica de acordo com a estrutura urbana em determinado momento da história.

O geógrafo brasileiro Marcos Aurélio Saquet (2010), em um breve e esclarecedor trabalho apresenta de forma clara e concisa as inúmeras abordagens e concepções de território existentes no interior das ciências sociais, em especial na Geografia. Segundo este autor (2010, p.17), no âmbito do desenvolvimento da Geografia, as abordagens e concepções de território transitaram desde uma concepção naturalista e geopolítica para uma relacional/dinâmica. Com efeito, o território tem sido compreendido nos dias atuais muito mais enquanto "espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder" (SOUZA, 2000). Os movimentos sociais urbanos contemporâneos, na verdade, apenas podem ser plenamente compreendidos a luz dessa concepção de território, uma vez que eles frequentemente se apropriam dinamicamente de certos espaços das cidades como forma de conquistar a emancipação dos indivíduos envolvidos, seja no âmbito material ou imaterial.

Mesmo tratando de maneira correspondente à cidade e o urbano, Corrêa (1995), no âmbito da produção do conhecimento geográfico brasileiro, é quem nos traz a interpretação sobre os agentes produtores do espaço urbano. Para o autor, o espaço urbano, tratado como sinônimo de espaço citadino, possui quatro características basilares: é fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social. O espaço é fragmentado porque reflete as

relações de produção, mas seus fragmentos sustentam relações uns com os outros de maneira variável. Da mesma maneira que reflete, o espaço urbano também condiciona as relações sociais no sentido da manutenção do modo de produção o qual tais relações se acham imersas, pois as formas espaciais são criadas, antes de tudo, para fornecer as condições de reprodução do modelo que as produziu.

Essa concepção trazida por Corrêa (1995), aborda os agentes da produção do espaço urbano que ele mesmo elenca em sua obra. Cinco são eles: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais “excluídos”. Neste contexto, ainda que seja dado o devido destaque ao todo social na produção do espaço, o autor acaba enveredando por uma perspectiva estruturalista, que termina por atribuir demasiada importância às determinações econômicas, sobretudo quando afirma que o cotidiano e o futuro próximo no espaço urbano (tempos que sofrem maior influência da dimensão simbólica) se acham enquadrados (esse é o termo) pelos conflitos que se dão na esfera produtiva. Ainda assim, a contribuição de Corrêa (1995) não deixa de ter sua importância, sobretudo no que concerne a perspectiva crítica empreendida.

Veremos detalhadamente a atuação de cada um desses agentes, mas antes disso é necessário delimitar o que é “espaço”, a noção trazida por Moreira (2001, 2007) que compreende o espaço enquanto um sistema de posições geográficas. Para esse autor, o espaço nasce de maneira desordenada, na tensa relação entre localizações distintas, sendo esses lugares entendidos enquanto algo que é tomado livre dentro de um determinado limite, um recorte, ou simplesmente um território que informa a escala de atuação do corpo. O espaço se move e se organiza a partir da espacialidade diferencial (tomando de empréstimo o conceito apregoado por Lacoste) desses recortes, desses territórios. Dessa

forma, Moreira (2007) retoma a concepção aristotélica-leibziana de espaço, onde o lugar (algo tomado livre dentro de um determinado limite) possui um papel ontológico em sua compreensão.

Para Moreira (2007), o espaço surge primeiro pela localização de um elemento estrutural por meio de um processo de seletividade (o sujeito da seletividade sendo o sujeito do espaço), depois outras localizações vão se dando em relação a primeira (ora numa relação assimétrica, garantindo a centralidade da primeira localização, ora de maneira simétrica, garantindo a alteridade das demais localizações), de forma que se tem mais tarde um arranjo de múltiplas localizações, uma distribuição. Instaura-se, a partir daí a tensão estrutural do espaço, pois localização e distribuição passam a se convergir na tentativa de determinar todo o espaço, fazendo dele “um sistema de localizações tensamente interligadas”. Tal tensão, por sua vez, é regulada ou ordenada pelas regras e normas de coabitação que, dependendo do tipo de relações que se dão na base da formação do espaço, propiciam uma estrutura centralizadora ou alternadora. O ordenamento nesse sentido é o processo através do qual as relações entre as posições geográficas são encaminhadas a uma ordem de direção: a uma sociedade do contraespaço, ou a uma sociedade comunitária. Diz Moreira (2007), o espaço surge na espacialidade diferencial de seus recortamentos, mas adquire universalidade e sentido de direção no próprio conflito entre os corpos.

É da tensão entre os corpos, dos planos entrecruzados entre posições geográficas que nascem os arranjos do espaço. Moreira (2001) também diz que o espaço se efetiva nas ações humanas por meio das práticas espaciais, sendo elas as categorias de construção geográfica das sociedades. O autor (2001, p. 01) afirma que "as práticas espaciais são ações que têm por base o binômio localização-distribuição [...]", sendo esse binômio o

elemento que "[...] garante o caráter geográfico da configuração do espaço que as práticas espaciais dão à sociedade por meio delas construídas". Ele ainda afirma haver três fases no próprio processo de construção geográfica das sociedades: a montagem, onde a mais primordial das práticas espaciais se realizaria, a seletividade; a do desenvolvimento, tendo como práticas próprias a essa fase o processo de tecnificação, a diversidade, a unidade, a tensão (localização x distribuição), negatividade (unidade x diversidade, homogeneia x heterogeneia, identidade x diferença), hegemonia, recortamento, escala e reprodutibilidade; e, por último, a fase de desdobramento, onde se realizam práticas como a mobilidade, a compressão, a urbanização, a fluidificação, o hibridismo e a sócio-densificação. Sendo que todas essas práticas se realizam de maneira dinâmica e, em alguns casos, simultâneas, tendo o processo de reestruturação como aquele que reinicia todo o movimento.

A prática da “urbanização” que se inscreve na fase de desdobramento da constituição geográfica das sociedades, constitui-se, portanto, numa prática comum a todos os agentes do espaço urbano (tomando como escala a construção geográfica da sociedade). As ações dos proprietários dos meios de produção e fundiários, dos organismos financeiros, dos promotores imobiliários, do Estado, dos consumidores e até mesmo dos grupos sociais “excluídos” se encontram nessa fase. Como afirma Moreira (2001), a urbanização é a expressão mais evidente da prática espacial que se materializa anteriormente, a mobilidade. Ela, a urbanização, só acontece devido a mobilidade do arranjo do espaço, devido ao avanço técnico e os intercâmbios de pessoas, objetos e informações entre os territórios, fato esse que propicia a redistribuição das posições geográficas e instaura uma nova relação entre campo e cidade.

Como foi descrito anteriormente essa redistribuição se efetiva por meio de três momentos: a industrialização e o consequente esvaziamento do campo; o desenvolvimento

das relações fabris que, em suma, corresponde ao desenvolvimento das próprias relações de produção capitalistas; e, por último, o transbordamento das relações industriais para o campo. A efetivação destas três fases da prática espacial da urbanização tem nos agentes do espaço urbano os seus mediadores. Vejamos, enfim, como age cada um:

i) Os proprietários dos meios de produção: sua ação, junto a do agente Estado, extrapolam a produção do espaço urbano especificamente e se inscrevem, antes de tudo, na base da própria construção geográfica das sociedades. São eles os primeiros responsáveis pela prática da seletividade numa sociedade capitalista, seletividade essa que corresponde a própria montagem dos primeiros elementos estruturais do espaço. A escolha de um lugar para a localização de uma indústria, observando vantagens locacionais (baixos custos com impostos, insumos e mão-de-obra), por exemplo, constitui-se num ato de seletividade. Essa ação quase sempre tende a determinar (não de maneira definitiva) as localizações dos demais elementos do espaço na superfície, tais como serviços à produção, infraestruturas, habitações para os trabalhadores etc. E, se levarmos em consideração apenas as repercussões de suas ações no âmbito da produção do espaço urbano, ainda assim não deixa de ter uma importância basilar, pois pelo fato de estarem ligados diretamente às atividades produtivas modernas, esses agentes são os primeiros responsáveis pela formação do urbano. Por fim, devido a grandeza de suas atividades, tais agentes quase sempre impõem seus interesses sobre os demais, direcionando e ordenando as tensões espaciais à uma ordem específica, aquela que reproduz as condições de sua hegemonia.

ii) Os proprietários fundiários: donos do solo da cidade, agem no intuito de obter a maior renda fundiária de suas propriedades. Seus interesses podem conflitar com o dos proprietários dos meios de produção, haja vista que esses últimos não almejam o encarecimento do solo, pois isso significaria a perda de vantagens locacionais. Pelo fato de

agirem a favor da venda do solo, os proprietários de terras são os responsáveis pela transformação da própria cidade em mercadoria, enaltecendo, dessa forma, os valores-de-troca dos territórios citadinos, e não seus valores-de-uso. São responsáveis também pela expansão da malha urbana.

iii) Os promotores imobiliários: são responsáveis pela incorporação, financiamento, estudo técnico, construção física dos imóveis urbanos e comercialização destes. Os promotores imobiliários complementam a tarefa de mercantilização da cidade realizada pelos proprietários fundiários ao atribuem valor-de-troca aos territórios citadinos. Além disso, eles são responsáveis pela produção de outras formas espaciais sobre esses territórios urbanos, observando também vantagens locacionais, fato que pode fazer conflitar seus interesses com os interesses dos proprietários fundiários. A repercussão espacial de suas ações é também basilar, na medida em que a especulação decorrente de sua atuação determina a localização daqueles que não possuem condições econômicas para adquirir um imóvel.

iv) O Estado: Como dito, a atuação do Estado extrapola a produção do espaço urbano, estando na base da organização geográfica da sociedade. O Estado é um dos maiores responsáveis pela constituição das regras que ordenam a tensão estrutural do espaço, sua função é garantir a coabitação. É intrínseco à sua ação, mesmo diante da aparente neutralidade, o direcionamento das relações societárias para uma ordem específica que diz respeito a algum interesse dos demais agentes do espaço urbano. O ordenamento operado pelo Estado, nesse sentido, corresponde ao processo por meio do qual as relações entre as posições geográficas são direcionadas a um arranjo específico que pode, entre outras demandas, atender aos interesses específicos de um ou mais agentes.

v) Os grupos sociais “excluídos”: grupos de indivíduos cujas condições de vida são socialmente precarizadas pela urbanização. Não há, pois, excluídos de fato no espaço urbano, mas apenas aqueles que tiveram embargada a possibilidade de construir seus territórios de vida por conta da atuação dos demais agentes. Sua ação política, todavia, trás o germe de um resgate profundo da cidade enquanto lugar da política.

No contexto recente pode-se afirmar que as condições socioeconômicas associadas às relações de produção do espaço, surgem no que David Harvey aponta, para uma relação de distinção entre uma lógica de poder, conduzida por imperativos territoriais e interesses políticos, constrangida pelas complexidades envolvidas na construção do lugar e na evolução das expressões da vontade popular (como o nacionalismo) na esfera pública, e uma lógica capitalista de poder que decorre do acúmulo de poder pelo dinheiro nas mãos de pessoas físicas e empresas em busca de um crescimento sem fim por meio de atividades lucrativas (HARVEY, 2011).

Os “excluídos”, ou precarizados pela urbanização, ou como Souza (2011) prefere denominar: “hiperprecarizados”, são os responsáveis pela resistência da cidade contra a destruição criativa da urbanização. Sua ação, todavia, não decorre apenas das condições de precariedade material impostas pela urbanização capitalista, mas também pela necessidade de afirmação diante de uma realidade que nega o diferente e os ritmos de vida arraigados nos lugares, que nega também a cidade e o homem enquanto projeto social. Sua ação diz respeito a autoconstrução de moradias em determinados territórios da cidade (geralmente os mais inóspitos), a ocupação de terrenos particulares baldios ou que simplesmente não cumprem sua função social, a ocupação de espaços e terrenos públicos etc.

Quando adquirem organização e direcionamento político, tais práticas extrapolam o agir oportuno e adquirem um caráter propositivo. Ao propor uma melhor distribuição

social e igualdade de acesso às benesses do viver urbano, esses grupos forjam a reconstrução da cidade enquanto locus da política. Mesmo não atacando as raízes dos problemas urbanos, não indo ao cerne das condições que os determinam, as ações desses grupos possuem uma capacidade transformadora, pois toda luta social é uma manifestação particular da transversal luta de classes, enredo da urbanização capitalista.

Esses grupos, então, sempre possuíram uma elementar importância na organização do espaço de diversas cidades brasileiras. Em Recife, suas práticas remontam o início do século passado, tendo por base os conjuntos de insatisfações sociais circunscritas numa base territorial que poderia ser um bairro, uma favela, ou uma região da cidade. Foi dessa forma que surgiram, por exemplo, ainda na década de 1930, a Liga dos Proprietários da Vila São Miguel, no bairro de Afogados, as Sociedades Mixtas Largo do Viveiro de Afogados, 30 de Setembro, Largo dos Pescadores da Estrada dos Remédios e as demais associações populares que não possuíam registro em cartório (CÉZAR, 1985; CASTILHO, 2002). Mais tarde, na década de 1970, insurgiu o Movimento Terras de Ninguém nos morros do bairro de Casa Amarela, concomitantemente a toda uma explosão de uma série de associativismo locais em diversos bairros e favelas da cidade. Esses movimentos de base microterritorial, simplesmente conhecidos como movimentos e/ou associações de bairro, cresceram em amplitude e força política em diversos momentos na história, obtendo diversas conquistas no âmbito do direito à cidade.

Na década de 1980, mediante o processo de enfraquecimento e término do Regime Militar, no âmbito nacional, esses grupos de ativismos urbanos adquiriram uma maior amplitude. É no contexto de construção e promulgação da constituição de 1988 que se fortaleceram as lutas sociais por moradia e se desenvolveu o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU). A luta, agora nacional, por uma cidade mais justa, só vai se

materializar em um marco legal em 2001 com a instituição da Lei 10.257, popularmente conhecida como Estatuto da Cidade. Através dela, uma série de instrumentos foram instituídos para planejar a cidade de modo a torná-la mais democrática.

Outras formas de lutas, todavia, insurgem mais recentemente na realidade urbana brasileira e recifense que, mesmo ainda operando na esfera da reprodução, passaram a empreender novas formas de ação política e modelos organizacionais. Tratam-se do surgimento de movimentos sociais urbanos especificamente de luta por moradia, os sem-teto ou sem-casa, que passaram a ocupar terrenos urbanos, construindo suas precárias moradias com madeiras, lonas e restos de materiais de construção. Boa parte desses movimentos surgiram em Recife como uma espécie de resultado da fragmentação dos movimentos e associações de bairro, aproveitando a tradição de lutas acumuladas por lideranças desses movimentos, mas expandindo as reivindicações para além dos bairros. Outra parte desses movimentos insurgem periodicamente de forma mais espontânea, sem bandeiras, mas fortemente dotadas de uma força transformadora.

São esses grupos que tem feito resistir a cidade política, que em meio as contradições do urbano têm buscado se afirmar, fazendo com isso a reafirmação do homem na sociedade urbana. São eles que lutam por um espaço mais justo, levando a efeito um ordenamento onde a estrutura do espaço é estabelecida numa perspectiva dimensional e marcada por relações simétricas entre localizações múltiplas e equivalentes. Da ação deles é que é possível desencadear, no bojo do ordenamento territorial hegemônico em nossas cidades (e quem sabe um dia, com vistas a superá-lo), a construção de uma sociedade comunitária, pois como diz Moreira (2007), não há uma só forma de ordenamento dentro de cada sociedade.

3 OS NOVOS ATIVISMOS SOCIAIS URBANOS INSERIDOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A expressão “novos ativismos” refere-se à criação coletiva e busca de novos rumos e novas estéticas na linguagem da intervenção, que remete a antigos aqueles tradicionalmente realizados pela população mais pobre, com o objetivo de obter um lugar na cidade, ou simplesmente pressionar os governos para a implementação de políticas habitacionais de interesse social e o direito à cidade. Os novos ativismos são aqueles em que o objetivo não é mais obter um lugar na cidade, mas transformar a forma pela qual as pessoas se relacionam com o espaço público. Os antigos são as ocupações sem teto que almejam quesitos mais concretos, materiais, essenciais para a vida das pessoas. As novas ocupações são mais artísticas, problematizadoras, querem mudar não só o espaço, mas a forma de percepção sobre ele.

As tendências urbanísticas alteraram-se ao longo da História, levando algumas cidades a se desconectar de sua gente. As cidades modernas que habitamos hoje foram sendo desenhadas a partir da lógica do desenvolvimento industrial do fim do século XIX e início do século XX. Algumas, como São Paulo, cresceram em escala tão avassaladora a partir da Segunda Guerra Mundial que, de certa forma, se desumanizaram. Separaram o sujeito (pessoas) do objeto (cidade). Jane Jacobs, nos anos 1960, publicou uma obra emblemática nos Estados Unidos – “Morte e vida de grandes cidades” – na qual defende que as ruas e calçadas são os “órgãos mais vitais” de uma cidade. Entre suas funções estaria a manutenção da segurança urbana: para Jacobs, os casos de violência em uma rua ou um distrito faz com que as pessoas temam e “usem” menos esses espaços, tornando-os ainda mais inseguros. Ou seja, esvaziar as ruas, evitá-las, se auto segregar em shoppings e

condomínios fechados é, ao contrário do que pressupõe o senso comum, a pior maneira de vencer a delinquência e a criminalidade. Só ocupando as ruas e reforçando as redes de controle social cotidiano é possível combater de fato o que chamamos de “violência urbana” (JACOBS, 2003).

Durante o regime militar o planejamento urbano foi conservador, porque representou a manutenção da ordem econômica e social vigente no Brasil com todas as suas iniquidades, e autoritário, porque as decisões foram tomadas por um pequeno grupo de pessoas e imposto à população, sem consulta ou consentimento prévio. Seu objetivo era ordenar a cidade de forma que a ação dos diferentes tipos de capitais (principalmente o imobiliário e o industrial) pudesse ser facilitada, em outras palavras, buscava ordenar a cidade para permitir maiores possibilidades de lucro. É nesse contexto extremamente autoritário que decorreram uma série de intervenções e transformações nas cidades, intensificando e consolidando a segregação residencial. Isto ocorreu tanto como consequência direta de estratégias de planejamento estatal como por influência do modelo político econômico adotado, a exemplo da exploração imobiliária, bastante tolerada. Os ativismos mais significativos ocorreram em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas também em outras cidades, como Recife e Porto Alegre, a mobilização e o nível de organização foram dignos de nota nessa época. Infelizmente, neste início de século XXI, essas experiências e as organizações ligadas ao ativismo de bairro apresentam um quadro de crise. As ocupações são a principal forma de luta do movimento, pois é por meio delas que os militantes se colocam como sujeitos ativos na arena política, forçando com isso o início das negociações.

Nesse sentido, vamos recuperar a formulação de Souza (2000 e 2006), o autor propõe uma diferença entre as diversas formas de organização e mobilização social, com o

objetivo de analisar criticamente o potencial transformador, os limites e as insuficiências dos ativismos. Neste sentido, ele propõe uma diferenciação entre ativismos sociais e movimentos sociais. O ativismo social abarca uma série gigantesca de ações, organizações e mobilizações que vão desde ações paroquiais, que não aprofundam sua crítica à sociedade instituída e encarnam lutas pontuais específicas que se esvaziam assim que o problema é resolvido, desde mobilizações mais amplas com um forte potencial transformador, discurso crítico acerca da sociedade instituída, que questionam seus fundamentos políticos, econômicos, culturais, estéticos e ético. Dessa forma, podemos identificar dois conjuntos: os ativismos reivindicativos e os movimentos sociais.

Os ativismos reivindicativos expressam uma mobilização social por uma demanda específica como o melhoramento da iluminação de uma rua, a instalação de uma creche e um posto de saúde em uma favela, a eletrificação de um assentamento rural. Assim, caracterizam demandas por melhoramentos em determinada rua, bairro, favela ou localidade rural, mas sem considerar o espaço urbano ou rural como um todo, as relações sociais e de poder que o produzem e organizam. Constituem-se grupos de pressão para o atendimento das necessidades específicas e pontuais dessas populações que, ao serem atendidas, geralmente, causam a desmobilização social. Nesse sentido tais ativismos não possuem um horizonte de luta ampliado, nem estão propondo transformações significativas na ordem sócio-espacial vigente. Ainda assim, não podemos negligenciar o seu potencial político-pedagógico para a conquista de direitos e melhorias na qualidade de vida. Nesse sentido, um ativismo reivindicativo pode se transformar em um movimento social.

Os movimentos sociais são um tipo especial de ativismos que representam uma contestação da ordem sócio-espacial hegemônica. Seus objetivos, geralmente, visam a transformações mais ou menos profundas na sociedade instituída, o que implica em um

amplo horizonte de luta política, econômica e cultural, baseado em um discurso crítico (com vários graus de racionalidade), não há reivindicações pontuais ou paroquiais, mas busca-se articular várias escalas de ação (local, regional, nacional e internacional) e sua agenda de luta é mais ampla, como a luta contra a segregação sócio-espacial, pelo aumento da justiça social, combate ao racismo e à homofobia, dentre outras. Sobre os movimentos sociais, Souza (1988, p. 114) define :

Proponho assim designarmos como movimentos, muito amplamente, os ativismos que, pela natureza das suas reivindicações, e das experiências e dos sofrimentos que seus protagonistas encarnam, a despeito da não explicitação em programas e mesmo das contradições político-ideológicas conjunturais, uma afronta ao *status quo*.

Em pesquisas realizadas (SOUZA, 2006), o autor desenvolve a ideia de distinguir os ativismos urbanos *stricto sensu* dos ativismos urbanos *lato sensu*. Nesse sentido,

Ativismos urbanos em sentido estrito e forte giram muito nítida e explicitamente em torno de problemas diretamente vinculados ao espaço social. A questão do acesso a equipamentos de consumo coletivo e, mais abrangentemente, as condições de reprodução da força de trabalho assumem, aqui, importância central. Trata-se de um tipo de ativismo que tem origem em um clamor pelo direito à cidade: luta por moradia e por infra-estrutura técnica e social, luta por regularização fundiária e desestigmatização de espaços segregados, luta por maior acesso a equipamentos de consumo coletivo [...]. Ativismos urbanos em sentido amplo e fraco, se sua parte, são aqueles que, embora tenham as cidades como seu palco preferencial (e, às vezes, quase exclusivo), se referenciam apenas indiretamente pela espacialidade urbana. Sua existência gravita em torno de questões “setoriais” (melhores condições de trabalho e resistência contra a exploração e a opressão na esfera da produção, luta contra desigualdades e injustiças de gênero, etc.) [...] (SOUZA, 2006, p. 280-281).

Há, nas cidades do mundo capitalista, e em especial nas cidades latino-americanas, um forte processo de implosão do espaço público, com base em um processo de fragmentação do tecido social que, de certa forma, está respaldada no que Dunker (2015) chama de “lógica do condomínio”. Em resposta a tais tendências, uma insatisfação tem, aos poucos tomado corpo, ganhando as ruas, materializando-se em uma série de ativismos

sócio espaciais urbanos, cujo escopo tem sido uma reabilitação dos espaços públicos (Figura 2).



Figura 2: Intervenção com Tape Art em espaço público.
Fonte: Alex Alcino, 2018.

Esses ativismos, por sua vez, vêm engendrando novas práticas sociais, semeando no tecido social o ímpeto de realizar, por conta própria, mudanças qualitativas nos espaços urbanos, no sentido de elevar a qualidade de vida. Apesar da falta de condições materiais, esses ativismos têm raízes no movimento punk dos anos 1970, renascendo mais tarde com o movimento *Makers* e pregando a ideia segundo a qual os usuários devem se apropriar das ferramentas tecnológicas disponíveis e construir suas próprias soluções para os problemas socioambientais urbanos. Desse modo, é possível estimular maiores interações entre as pessoas, promovendo comunidades mais saudáveis, sem esperar as iniciativas por parte dos governos ou do poder econômico, sem perceber as pessoas são responsáveis por observar o uso dos espaços e zelar pela sua segurança.

Milton Santos apresenta, em diversas de suas obras, o conceito de fixos e fluxos para compreender de que maneira estes elementos podem ser agentes transformadores do

espaço, e de que forma refletem os “avanços” e “retrocessos” das técnicas ao longo do tempo. Entendem-se como fixos, de acordo com Santos (1994), os objetos materiais, isto é, aquilo que é concreto, material, que sofreu um processo de transformação ou criação humana e passou a adquirir uma função, um sentido. Por exemplo, a madeira em si é apenas um recurso presente na natureza, porém, ao ser transformado pelo homem, por meio da técnica, passa a adquirir um sentido, torna-se um objeto que desempenha determinada função. De tal maneira, o espaço é construído por estes fixos, que são as casas, portos, armazéns, plantações, fábricas, dentre outros (SANTOS, 2007, pág. 82). Além disso, o autor faz outras considerações acerca dos fixos, principalmente no que se trata dos fixos públicos e privados dentro do espaço urbano, no qual afirma que:

Os fixos são econômicos, sociais, culturais, religiosos, etc. Eles são, entre outros, pontos de serviço, pontos produtivos, casas de negócios, hospitais, casas de saúde, ambulatórios, escolas, estádios, piscinas, e outros lugares de lazer. Mas se queremos entender a cidade não apenas como um grande objeto, mas como um modo de vida, há que distinguir entre os fixos públicos e os fixos privados. Estes são localizados segundo a lei da oferta e da procura, que regula também os preços a cobrar. Já os fixos públicos se instalam segundo os princípios sociais, e funcionam independentemente das exigências do lucro. Santos (2007, p.142)

Com base nesta reflexão, entende-se que os fixos estão presentes nas esferas sociais e econômicas e em suas mais variadas formas. O conceito de fluxo também está relacionado a ações, ao movimento, a prática e que é entendido como uma força que dá dinâmica aos fixos. Santos (2008, p.62) admite que “Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modifica”. Fora isso, não se pode esquecer que:

“Os fluxos não tem a mesma rapidez. A velocidade de uma carta não é a de um telegrama, um telex, um fax. Os homens não percorrem as mesmas distâncias no tempo, dependendo dos meios com que contam.” (SANTOS, 2008, p.104).

Ou seja, os fluxos podem ser entendidos como uma ação que permite o desempenho das funções dos fixos. É possível notar, portanto, que fixos e fluxos estão interligados, apesar de cumprir papéis diferentes e de dependerem da ação de fatores históricos e sociais. Neste contexto, pode-se entender como fluxos aquilo que dá movimento aos fixos, que não é propriamente concreto, mas que depende deste para existir, está presente no campo das comunicações, das ações que fazem com que os fixos se comuniquem com outros fixos, e também estabeleça relações com outros fluxos. Santos (2006, p.121) admite que “Os fixos e fluxos, interagindo, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a Geografia”. Ou seja, os fixos e fluxos retratarão a realidade, acentuando as singularidades e semelhanças dos lugares na análise geográfica. Em seu livro “O espaço dividido”, escrito em 1970, Santos apresenta uma análise sobre os reflexos do processo de modernização tecnológica que assolaram os países em desenvolvimento, destacando os papéis políticos e econômicos responsáveis pelo processo de urbanização destacando os processos que acentuaram as disparidades sociais e as relações de dependência financeira e tecnológica destes países em detrimento das nações desenvolvidas.

Ademais, esses ativismos buscam, por meio de ocupações (muitas vezes atribuídas a uma infinidade de conceitos, como *parklets*, *placemaking*, *urbanismo tático* etc.) que serão descritos posteriormente, ressignificar o espaço público enquanto estratégia para reconectar as pessoas à cidade, e repensar a forma que elas interagem com os objetos (fixos) urbanos (lixeiras, cabines telefônicas, sinalizadores) (Figura 3) esses espaços se tornam “telas” para os artistas utilizarem a ação de interação por meio da arte urbana (fluxo), questionando, por exemplo, a noção segundo a qual “as ruas são espaços

exclusivamente destinado aos carros" Dunker (2015). Segundo o *site*³ de gestão urbana da prefeitura de São Paulo enquanto o carro passa a maior parte do dia estacionado, no mesmo período, o espaço ocupado por *parklet* pode ser utilizado por um grande número de pessoas. Em síntese, são mini praças que ocupam o lugar de uma ou duas vagas de estacionamento em vias públicas. São uma extensão da calçada que funcionam como um espaço público de lazer e convivência para qualquer um que passar por ali. Podem possuir bancos, mesas, palcos, floreiras, lixeiras, paraciclos, entre outros elementos de conforto e lazer.



Figura 3: Intervenção com Tape Art em cabine telefônica na Avenida Boa Viagem.
Fonte: Alex Alcino, 2018.

A iniciativa da Prefeitura de São Paulo com a regulamentação da implantação de parklets (Figura 4) busca humanizar e democratizar o uso da rua, tornando-a mais atrativa e convidativa, e provocando uma reflexão sobre a cidade que queremos habitar. Esse processo tem como objetivo promover a permanência no espaço público, e vai de encontro a outras políticas públicas municipais, como o *Wifi Livre SP* (um programa inovador que está espalhando acessos de *WIFI* pela cidade), também pode ser encontrado em Recife cujo

³ <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/projetos-urbanos/parklets/parklets-municipais>.

nome corresponde ao “*conecta Recife*”, possibilitando o acesso em 137 pontos já disponíveis, segundo dados oficiais do programa⁴.



Figura 4: Parklet instalado na rua do futuro, em frente ao parque da Jaqueira, no Recife.
Fonte: Edmar Melo, 2017.

A renovação da iluminação pública, o incentivo ao uso de bicicletas e do transporte público são estratégias utilizadas pela Prefeitura de São Paulo como principal forma de apoiar a vida urbana, melhorando as condições de segurança, promovendo uma vida mais saudável e estimulando o uso democrático e participativo da cidade. Para mudar esse paradigma, é preciso pensar formas alternativas de uso do espaço público. Essa reflexão começa na escala da própria rua, equilibrando a distribuição dos espaços e melhorando a convivência entre todos.

⁴ O Conecta Recife oferece um serviço de acesso ampliado a internet para os recifenses com wifi gratuito. Agora, são 17 novos pontos de acesso, somando 137 ao total, em seis regiões da cidade. A exemplo de outros serviços deste tipo no mundo, o usuário não precisa realizar mais o cadastro para utilizar a internet e a velocidade e tempo de navegação foram ampliadas. Além disso, todos os locais já estão recebendo novos equipamentos e antenas, o que torna o sinal mais rápido e eficiente. Todas as mudanças representam ainda mais tecnologia e inclusão digital para a população. Fonte: portalconecta.recife.pe.gov.br.

Os conceitos por trás do *Placemaking* começaram a surgir em 1960, quando visionários como Jane Jacobs, William H. Whyte, Jan Gehl e outros divulgaram ideias inovadoras, onde o desenvolvimento das cidades deveria ser voltado para pessoas – e não para os carros. Jane Jacobs defendia a ideia de que ruas com pessoas são ruas mais seguras, usando o termo “olhos na rua” para explicar que, sem perceber, as pessoas são responsáveis por observar o uso dos espaços e zelar pela sua segurança. Já Holly Whyte enfatizava os elementos essenciais que um espaço público deve ter para atrair pessoas e se tornar um lugar de convivência e vida, enquanto Jan Gehl (2013) propõe que a arquitetura e urbanismo devem pensar primeiro nas pessoas, depois no espaço e só então nos prédios. Segundo o Guia do Espaço Público⁵ *Placemaking* é um processo de planejamento, criação e gestão de espaços públicos voltado para as pessoas, visando transformar espaços que promovam maiores interações entre as pessoas e estimulem comunidades mais saudáveis. Essa ação considera observar o uso dos espaços públicos, assim como perguntar e ouvir as pessoas que vivem, trabalham ou visitam um local para descobrir suas necessidades e desejos, utilizando essas informações como abordagem multifacetada para o planejamento, esses dados são utilizados para a criação de uma visão comum de lugar, que possibilita a implementação de mudanças rápidas que tragam benefícios imediatos para um espaço público e para as pessoas que o frequentam.

⁵ Guia produzido por Paola Caiuby Santiago, fundadora e diretora do Conexão Cultural, e Jeniffer Heemann, co-fundadora e diretora executiva do Bela Rua (organização que estuda a relação das pessoas com os espaços públicos e desenvolve soluções urbanas focadas no comportamento, desejos e necessidades das pessoas). Ambas são membros do Conselho Brasileiro de Lideranças em Placemaking. O objetivo deste material é contribuir com ideias e práticas para ajudar cidadãos, órgãos públicos, academia, empresas e todos demais interessados em construir melhores espaços públicos nas cidades brasileiras.

A técnica, chamada de “urbanismo tático” (do inglês *tactical urbanism*), segundo o site *TheCityFix Brasil*⁶, promove a reapropriação do espaço urbano por seus principais usuários: as pessoas. O movimento ganha força em um contexto de crise nas áreas urbanas, no qual os governos enfrentam dificuldades para entregar a uma população crescente serviços urbanos básicos, como habitação e transporte de qualidade. Ao conferir novos sentidos para os lugares a partir de mudanças rápidas, reversíveis e de baixo custo, o urbanismo tático cria cidades mais amigáveis aos moradores e, muitas vezes, motiva as pessoas a repensarem seus hábitos por meio dos diferentes encontros e trocas que esses espaços possibilitam.

Os projetos em geral têm como objetivo a readequação do espaço viário e/ou a valorização dos espaços públicos, mas mudam conforme as necessidades de cada local. De forma semelhante, os agentes liderando uma iniciativa de urbanismo tático também variam. Os projetos podem partir do poder público, de organizações da sociedade civil, da iniciativa privada ou da própria população. Independentemente de quem coordena a ação, contudo, estamos falando obrigatoriamente de um processo que deve dialogar com a comunidade afetada pela mudança.

Essas experiências são recentes e ainda não se consolidaram efetivamente no debate político sobre a cidade, entretanto esses novos ativismos têm um grande potencial e podem se transformar em importantes agentes políticos no debate sobre a cidade e na construção de propostas de novas formas de organizar a vida e os espaços urbanos. Neste sentido, Marcelo Lopes de Souza (2010) afirma que esses ativismos frequentemente lançam mão de um conjunto de práticas espaciais cuja melhor expressão são as "territorializações" e as

⁶ O TheCityFix Brasil é um dos canais de comunicação do WRI Brasil. Lançado em 2011, produz conteúdos sobre desenvolvimento urbano sustentável, mobilidade urbana, clima e governança, a partir de estudos, pesquisas e exemplos de boas práticas de cidades brasileiras e do restante do mundo.

"refuncionalização/reestruturação do espaço material". Não obstante, tais práticas vem se difundindo no Recife, muitas vezes ao cabo da ação direta de arquitetos, estudantes e artistas, (Figura 5) em sua luta contra o processo de implosão dos espaços públicos.



Figura 5: Intervenção em cones de sinalização inseridos no espaço público.

Fonte: Alex Alcino, 2018.

Os ativismos são em maior ou menor grau, agentes modeladores do espaço urbano. Como foi definido no primeiro capítulo deste texto, não se pode deixar de fazer uma importante distinção entre o conceito de “cidade” e o de “urbano” a qual temos de tomar por base quando procuramos definir e entender as práticas dos agentes formadores do espaço urbano. Como propõe Lefebvre (1970, 1978), é necessário compreender “a cidade” enquanto o lugar da política, sendo “o urbano” seu próprio processo de transformação no sentido de constante expansão e dominação do campo, processo marcado pela tomada da cidade por parte do comércio, pela indústria e depois pela exaltação do consumo, ou seja, pelo próprio desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas. Dessa forma,

os agentes formadores do espaço da cidade nem sempre correspondem ao do espaço urbano.

Os estudos sobre ativismos e movimentos sociais são formas que as pessoas têm de se organizar e se colocar como cidadãos ativos na sociedade. Cidadão é aquele que exerce o seu direito a ter direitos, ativa e democraticamente, o que significa exercer o seu direito de, inclusive, criar novos direitos e ampliar outros.

Cidadãos ativos são mais do que titulares de direitos, são criadores de novos direitos e novos espaços para expressão de tais direitos, fortalecendo-se a convicção sobre a possibilidade, sempre em aberto, da criação e da consolidação de novos sujeitos políticos, cientes de direitos e deveres na sociedade. (BENEVIDES 1998, p.170)

A ideia de uma cidadania ativa que cria seus direitos, ao longo da história e a depender da organização social e da composição de poder nessa organização, permite pensar criticamente os tipos de direitos mais convencionalmente atribuídos a composição da cidadania. Na qualidade de integrantes de ativismos e movimentos os homens e mulheres lutam por direitos, estabelecem vínculos de cooperação e realizam ações de caráter político e cultural. Nessa cidade do consumo o espaço urbano também se efetiva de maneira particular, sobre os corpos, as mentes e os desejos. Reafirmar o direito à cidade é uma maneira de contraposição à organização dominante da sociedade atual, que quer se autodenominar “globalizada”, ressaltando uma tendência de homogeneização de seus espaços.

A defesa do direito à cidade para todos os seus habitantes parte do entendimento de que a produção de seu espaço é feita com a participação desses habitantes, obedecendo as suas particularidades e diferenças. Trata-se de defender a necessidade de uma cidade com gestão democrática, que busca mediar interesses e ações de uma ordem socioeconômica mais geral com os interesses e ações mais imediatos e elementares, nem por isso menos

importantes para a vida humana, do cotidiano de seus moradores. A luta pelo direito à cidade, aos seus lugares, ao consumo mais autônomo e consciente de seus lugares e objetos, ao ambiente, é, assim, um exercício de cidadania. Conforme Braga (1994, p. 43) constatou em sua pesquisa, “(...) as conquistas dos mesmos (trabalhadores) ilustram a contribuição dos trabalhadores na edificação do espaço urbano, não só construindo o espaço do capital com seu trabalho, mas também o seu próprio espaço através das lutas”. A sistematização inicial da estruturação interna de uma cidade teve a função de encaminhar o raciocínio para o olhar que o cidadão tem ou pode ter para a cidade. Ou seja, destacam-se tópicos com mais potencial para a formação da cidadania: a produção, a circulação e a moradia. São elementos da dinâmica interna da cidade que condicionam e produzem práticas cotidianas na cidade.

A esse respeito algumas preocupações são prioritárias na configuração interna da cidade, é o caso da moradia. As moradias mudam com o tempo, de acordo com diferentes concepções sociais, culturais e arquitetônicas, mas a diversidade maior entre elas não está relacionada a essas concepções. Há uma variação de habitações no mesmo tempo e no mesmo espaço porque há uma variação na capacidade de pagar pela casa e pelos equipamentos e serviços coletivos. As unidades de moradia são, então, de tipos diferentes, dadas as diferenças existenciais e sociais concretas. Há, assim, desde mansões e apartamento luxuosos, até favelas, ocupações, cortiços e palafitas. De tal forma, Milton Santos explica que:

“A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não tem condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e efeito da existência, ou seja, da

criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços.” (SANTOS, 2008, p.37)

O caráter contraditório da modernização capitalista transparece na estrutura espacial, desencadeando uma intensa fragmentação onde ilhas de riqueza e bolsões de pobreza convivem conflituosamente. Mas, comum a todos esses fragmentos, há o direcionamento dos anseios sociais ao consumo arredo e reificado, no intuito de dar cabo a reprodução do sistema. Os esforços para reproduzir as condições de produção não param por aí, pois invadem a vida particular de cada indivíduo impondo aos seus corpos uma rígida disciplina, um conjunto de determinações que surgem de “fora pra dentro” dos indivíduos, sufocando-lhes a capacidade de agir autonomamente.

As leituras a respeito do movimento social urbano, conceitualmente analisado como um subconjunto do ativismo, que por sua vez é um subconjunto da ação coletiva, demonstram que é necessário haver a distinção entre os conceitos, pois a expressão “movimento social” poderia recobrir - e efetivamente recobre - os mais diferentes tipos de ação coletiva, independentemente do nível de ambição, do grau de organização e da escala temporal. Sobre este tema o autor Marcelo Lopes de Souza discorre:

Todo movimento é um ativismo social, mas a recíproca não é verdadeira: nem todo ativismo é um movimento. O ativismo é uma categoria, por conseguinte, mais ampla, que envolve diversas formas de organização, mobilização e ação dos habitantes das cidades. O ativismo social abrange um espectro extremamente variado de ações: desde aquelas de tipo reivindicatório, muito “paroquiais”, que não aprofundam o questionamento e a crítica sobre a sociedade atual e apenas exemplificam uma reação diante de uma carência ou um problema específico, até lutas muito ambiciosas e complexas que acabam questionando grande parte das fundações mesmas da sociedade, seja destacando seu aspecto econômico, seja destacando seus aspectos políticos e culturais. (SOUZA, 2004, p.83)

Hoje não temos pressões apenas por necessidades básicas como moradia, creches, escolas, transporte, água ou saneamento, essa pauta tradicional é acrescida de novos

desejos que configuram novos ativismos, como busca de afeto, acolhimento, encontro, interação, ambiente saudável, respeito e a profusão de coletivos e redes que promovam movimentos de intervenção e ocupação do espaço público. O Grafite⁷ Urbano (Figura 6), um elemento artístico que nos últimos anos invade o espaço público e que vai desde uma reclamação social até uma manifestação artística. Os grafiteiros brasileiros são amparados pela lei federal nº 12.408 que determina não constituir crime ‘a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, [...] no caso de bem público, com a autorização do órgão competente [...]’. Trata-se, de um novo fenômeno criativo, cuja expressão se dá no espaço público e com o qual terá que haver um diálogo para que a convivência seja enriquecedora e agregada de valor ao invés do contrário.



Figura 6: Grafite Urbano próximo ao viaduto Dom João VI em Recife.
Fonte: Thaís Bulhões, 2018.

⁷ Segundo artigo intitulado Estética da bricolagem e do Desvio, o grafite é a expressão de uma nova estética e de uma nova subjetividade coletiva que se apropria do espaço da cidade, dando visibilidade para grupos sociais historicamente silenciados e marginalizados (principalmente jovens negros e moradores de favelas e periferias). A apropriação do espaço urbano se dá através de desenhos, mensagens políticas, assinaturas com nomes, apelidos entre outros. Considera-se grafite uma inscrição caligrafada ou um desenho pintado ou gravado sobre um suporte que não é normalmente previsto para esta finalidade.

Para que o grafite, de forma mais ampla e evidente, possa ser considerado um movimento social, é necessário que essa experiência aprofunde suas críticas ao status quo e mobilize de forma mais radical e contundente seus militantes. Artistas urbanos influenciam na percepção do cotidiano inserindo mensagens na paisagem intitulada como “HOJE VAI SER MASSA”, segundo Thiago Teas, artista que criou essa mensagem e a reproduz pelas ruas do Recife, ele acredita que “com arte, fé e amor somos capazes de causar as mudanças sociais que desejamos”, ele também expõe em conversa que:

[...] Eu tenho me apaixonado diariamente pelo que faço e pelo melhor momento da minha vida. O grafite me mostrou quem eu sou de verdade, me apresentou pessoas incríveis, que eu julguei através do estilo ou estética. E isso tem sido derramado pra outras pessoas, eu tenho muito que agradecer ao grafite e a todos que me apoiam, é massa saber que outras pessoas interagem com o meu trabalho e acreditam nele, não consigo nem explicar. Um agradecimento a todos que conheci desde o início, seja num beco, numa palafita, num evento de rap, aos meus pais que nunca me olharam com negatividade como alguns que mudaram seus olhares. Já trabalho com grafite a quatro anos e ele já me deu muitas angústias, alegrias, muito sol e chão. Eu tenho muito orgulho de quem sou na arte e na vida, tenho aprendido muito mais através da interação com as pessoas que a arte me proporciona. Nunca imaginei que Deus ia me fazer viver um sonho de criança e não ser um cara normal, porque eu amo não ser normal véi. [...] (Teas, 2018)

A partir dessas formulações podemos pensar o grafite como um ativismo político-cultural urbano em ascensão, com um grande potencial crítico, pedagógico e mobilizador que pode ser a base de importantes conquistas de cidadania. Além disso, devemos salientar que a vertente mais crítica do grafite, deve ser considerada um autêntico movimento social, por colocar como horizontes processos de transformações efetivas na sociedade. Esses artistas, especificamente urbanos, trabalham com ação direta para uso e transformação de áreas da cidade e parecem reconhecer essa como locus de contestação e onde se fará representar os seus direitos. Seria como uma cidade reinventada através do grafite e por

meio dele reconhecer as potencialidades existentes em uma comunidade ou para transformar áreas antes degradadas ou pouco utilizada em espaços de convívio.

Os movimentos surgidos na década de 1960, no mundo ocidental, são exemplos de contracultura. A nova cultura juvenil que irrompe a década de 60, e se manifesta nos anos seguintes no espaço urbano com a experiência das “quebradas”, que insistem em mostrar à cidade que, para além de uma cultura da violência, a periferia tem enorme potencial criativo que deve ser visto e agregado ao espaço urbano, pois “é um espaço em que se empreendem lutas políticas, exercícios de direitos civis e humanos, é um meio de acesso à cidadania para os que sofrem alguma marginalização, relegados pelo plano oficial e uma identificação anônima, passiva” (SOUZA, 2002, p. 163). A arte de rua (Figura 7) vive uma explosão artística e criativa, virou o meio de expressão de muitos artistas que representam os mais variados estilos como figurativos, abstratos, poesia urbana e surrealismo.



Figura 7: Representação do Grafite Urbano em ponte do Recife.
Fonte: Thaís Bulhões, 2018.

Em São Paulo a cidade foi eleita a capital brasileira de *street art*⁸, de acordo com o jornal EL PAÍS. Uma cidade das mais famosas no mundo no quesito arte urbana. São locais extremamente coloridos que tiram a monotonia do cinza. E são casas, fachadas, prédios, muros, cantos, bueiros, caixas de telefonia, até em ruas inteiras como o Beco do Batman (Figura 8) na Vila Madalena. Neste beco, todo graffiti é feito após a permissão do proprietário, a entrada é na Rua Harmonia e termina na Rua Medeiros de Albuquerque. Sua história começou na década de 1980, quando foi encontrado nas paredes do bairro um desenho do homem-morcego dos quadrinhos. O acontecimento atraiu estudantes de artes plásticas, que começaram a fazer desenhos de influência cubista e psicodélica nas paredes do Beco, formando a galeria de paredes totalmente cobertas.



Figura 8: Beco do Batman, por inteiro repleto de grafites.
Fonte: Thaís Bulhões, 2018.

⁸ É a expressão que se refere a manifestações artísticas desenvolvidas no espaço público, distinguindo-se das manifestações de caráter institucional ou empresarial, bem como do mero vandalismo.

Deste modo nas ruas de Recife também podemos encontrar tags, desenhos, grafites, pinturas de parede, lambe-lambe, *stickers* e outras infinidades de intervenções urbanas realizadas por artistas com as mais variadas técnicas. Nas imagens seguintes podemos observar a alteração do nome “Recife” (Figuras 9 e 10) com a inserção de grafites urbanos que demonstram a crescente integração dessa arte por meio de tendências de consumo, onde o local é característico por atrair turistas e representar o cartão postal da cidade.



Figura 9: Nome Recife antes da intervenção artística.
Fonte: Thaís Bulhões, 2017.



Figura 10: Nome Recife após intervenção dos artistas urbanos.
Fonte: Thaís Bulhões, 2019.

Tendo em vista que a cidade planejada ou a intervenção oficial muitas vezes não pretende tornar visíveis os grupos sociais que não cabem no espaço dividido e organizado. Um ponto de partida para uma análise da arte urbana é a relação indissociável entre espaço e relações sociais, ou, mais precisamente, o que se chama dimensão espacial da sociedade, sua espacialidade.

É lá e somente lá (na cidade) que *o homo urbanus* pode tomar consciência da artificialidade do mundo, da desapareção progressiva das zonas naturais, da amplitude dos simulacros que ocultam a nudez do ser. O *homo urbanus* é um animal sábio, que sabe como daí se sair e de fazer do urbano o lugar propício a sua felicidade. Tarefa tão difícil que se assemelha a um desafio. A cidade é uma conquista, um desenvolvimento dos sentidos. Um desabrochar dos espíritos. Uma possibilidade da paixão. O urbano é a inteligibilidade do *homo urbanus*. (CARLOS, 1996, 147-148)

A cidade é a forma reificada dessas relações, mas também do amadurecimento das contradições que lhes são próprias e dessa unidade de contrários surgem os grafites e novos ativismos que além de introduzirem novos temas, estes também introduzem práticas de organização e mobilização política que incluem, por exemplo, modelos mais horizontais de participação e decisão, recusa às formas clássicas de representação e organização partidária, além de uma dimensão de experimentação e prefiguração imediata de novas maneiras de ocupar, resistir e existir na cidade.

Além disto, a intensa utilização tecnopolítica dos múltiplos dispositivos de luta envolvendo redes e ruas, novas cartografias e estratégias comunicativas, também marca a atuação destes novos coletivos ativistas. Além disso, já emergem num momento de desencantamento com partidos políticos tradicionais. Sua mobilização não nasce, assim, da precariedade e da luta pela sobrevivência e atenção às necessidades básicas.

Destarte, a elaboração do texto também tomou por base o trabalho de Souza (2010), para quem há seis práticas espaciais provenientes dos ativismos socioespaciais urbanos contemporâneos: a Territorialização em sentido estrito; Territorialização em sentido amplo; Refuncionalização/reestruturação do espaço material; Resignificação de lugares; Construção de circuitos econômicos alternativos; Construção de redes espaciais. Os ativismos e movimentos podem ser, além disso, de vários tipos, de acordo com seu tema: especificamente urbanos (como ativismos de bairros e favelas); frequentemente urbanos, mas não exclusivamente baseado em cidades (como o movimento ambientalista), e rurais (como o movimento dos sem-terra).

A negação da forma-partido, compreensível no momento atual, limita a articulação desses grupos em estruturas mais amplas de representação de classe e disputa de poder institucional. Partícipes nesse processo, os ativismos socioespaciais geralmente agem de maneira oportuna, algumas vezes contribuindo com o processo de urbanização, outras vezes resistindo a ele. No entanto, sua ação oportuna, mesmo em respaldo a urbanização, já se constitui numa forma de resistência, afinal a territorialidade daqueles que são destituídos da possibilidade de se localizar no espaço, à revelia das determinações vigentes, já se constitui numa luta contra-hegemônica. Nessa direção, a cidade é comparada a um livro, a uma escrita, a um sistema de significações, e sua especificidade é considerada da seguinte maneira:

Sobre esse livro, com essa escrita, vêm se projetar formas e estruturas mentais e sociais. Ora, a análise pode atingir esse contexto a partir do texto, mas este não é dado. Para atingi-lo, impõem-se operações intelectuais, trabalhos de reflexão (dedução, indução, tradução e transdução). A totalidade não está presente imediatamente nesse texto escrito, a Cidade. (LEFEBVRE 1991, p. 48)

Ou seja, as intervenções urbanas apontam para o direito do cidadão de viver na cidade, de circular por ela e por seus lugares, de consumir lugares e de consumir nos lugares, usufruindo do espaço. Buscam tomar a cidade como campo de investigação social, política e artística e como meio de expansão do circuito de arte e da noção de obra de arte. A produção artística, enquanto produção cultural, antes restrita aos museus e às galerias, toma os espaços da cidade, consolidando a ideia de intervenção urbana como estratégia de transformação física e tática de uso da cidade e da cultura. Muitos grupos pertencem à chamada “classe criativa” e vivem ou frequentam as regiões centrais das cidades. Atuando comumente sobre territórios considerados desvalorizados, correm o risco de terem suas ações ativistas impactando na valorização destes territórios no sentido de abrir novas frentes para o mercado imobiliário, gerando valorização fundiária e se confundindo com estratégias dos “*place making*” que as próprias construtoras vêm empregando para ressignificar bairros nos quais têm interesse de valorização. É o caso, por exemplo, do “embelezamento” e “animação” por grafites encomendados (por agentes públicos e privados), dos estacionamentos de *food trucks* e *parklets*, que se proliferam em cidades como São Paulo, copiando a estética do “urbanismo DIY” ou “urbanismo tático” empregados por coletivos ativistas.

3.1 AÇÃO DE INTERVENÇÃO COLABORATIVA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO NA COMUNIDADE DO PILAR

Inicialmente vista, como espaço destinado aos “segregados” do período colonial, o território desenvolveu-se em sintonia com a expansão comercial impulsionada pelo Porto

do Recife. Conhecida antigamente como “favela do rato”⁹, atualmente denominada comunidade do Pilar, está localizada no bairro do Recife Antigo. Seu desenvolvimento traduziu-se num contínuo processo de construção (agregação) e destruição (desagregação) do tecido urbano, que danificou severamente o conjunto patrimonial. Inicialmente a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, monumento histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, fundada em 1683, sofreu importante alteração de suas características espaciais em dois momentos: na construção da Fábrica do Pilar, que interrompeu o traçado original da rua São Jorge, e a partir da invasão e da consolidação da ocupação do terreno ao redor da capela, entre as décadas de 1970 e 2000. A alteração da marcação original das quadras relegou ao monumento apenas um pequeno pátio frontal, ao redor do qual a Comunidade do Pilar se assentou.

A evolução do traçado urbano da Comunidade do Pilar, e do Bairro do Recife como um todo, acompanha o planejamento para expansão das atividades do Porto do Recife. A partir do Século XX, o discurso da reforma urbana apontava para dois caminhos: (i) a necessidade de adequação do traçado urbano central às necessidades comerciais e industriais ligadas ao desenvolvimento do Porto do Recife; (ii) a defesa de um discurso sanitarista, em favor do alargamento de ruas e calçadas, da remodelação das vias privilegiando o traço

lugar (MOREIRA, 1999), portanto, encravada entre as instalações

⁹ "Favela do Rato era a denominação que se dava ao lugar conhecido hoje como Comunidade do Pilar. Denominação que se baseava, em termos, na alta concentração daquele tipo de roedor na área, atraídos pela presença do trigo utilizado no Moinho Recife, empresa que há décadas acha-se ali localizada. Alguns moradores afirmam que a alcunha de Favela do Rato, também, estava ligada ao fato segundo o qual, por viverem em precárias condições de vida, os moradores do lugar chegavam a “disputar” não só o espaço como também os restos de alimentos com os ratos. Assim sendo, em função dessa conotação negativa dos termos, os moradores do Pilar solicitaram a mudança do nome do seu lugar à Prefeitura do Recife a qual passou, desde então, a considerar aquele lugar como Comunidade Nossa Senhora do Pilar, referindo-se à presença da igreja de mesmo nome às suas proximidades, através do Decreto 18.570/2000" (NERY; CASTILLO, 2008).

. Com o

entorno desc

igreja resistiu sob cerco de construções.

A partir dessa formação, sua localização no centro do bairro do Recife e, concomitantemente distante dele, os moradores se encontram afastados das necessidades reais que podem potencializar as relações de moradia e convívio com as atividades que ocorrem no entorno. A intervenção colaborativa na comunidade do Pilar fez parte de um projeto de extensão, que foi desenvolvido, planejado e executado por grupos de estudantes de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Design e Licenciatura em Expressão Gráfica de diversos períodos, no qual se voluntariaram a participar da intervenção onde atuaram na identificação das necessidades latentes na comunidade, a partir de levantamentos realizados por meio de conversas informais junto aos moradores, onde esses eram questionados que benefícios poderiam ser inseridos no local em termos de propor melhoria na qualidade de vida dos residentes. Elaborando estratégias de intervenção com recursos viabilizados pela própria ação independente, que organizou uma “vaquinha” para reunir doações financeiras e conseguir materiais de construção através de fornecedores. Além disso a ação contou também com a colaboração dos professores e alunos envolvidos que utilizaram de planejamento e instrumentos diversos para tornar possível a atuação na área. O projeto foi intitulado “Uma praça para o Pilar” (Figura 11).



Figura 11: Arte gráfica utilizada por meio virtual e impresso para arrecadar doações.
Fonte: Letícia Mendes, 2017.

Buscou-se, a partir do levantamento inicial realizado por meio de entrevistas semi estruturadas aos moradores, planejar a intervenção na comunidade de forma es

ç socioeconômicas

colaborativa. O objetivo da ação consistiu em ampliar as possibilidades de convívio social entre as famílias e promover um espaço de lazer para as crianças, pois essa foi a maior reivindicação proposta pelos próprios moradores. Segundo os moradores, as crianças (Figura 12 e 13) não tinham onde brincar e necessitavam de uma área de convívio como essa. Em um ato de voluntariado, membros das igrejas locais A Ponte (evangélica), Nossa Senhora do Pilar (católica), alunos e docentes da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) organizaram uma área de lazer no local. A iniciativa contou com o apoio das empresas Ferreira Costa e Sherwin-Williams.



Figura 12: Eliz, criança que reside na comunidade do Pilar.
Fonte: Thaís Bulhões, 2017.

A relação da criança e do jovem com a cidade em que vive pode ser entendida como uma relação com o lugar, ou, numa cidade grande como Recife, com os lugares. Ao viver em uma cidade, o cidadão circula por seus lugares e constrói uma relação com eles, uma relação cotidiana ativa e interativa. Nessa relação, constrói os próprios lugares e é por ele construído.



Figura 13: Crianças interagindo com os voluntários na de área de lazer construída na comunidade do Pilar.
Fonte: Thaís Bulhões, 2017.

A cidade é, para crianças e jovens em idade escolar, em primeiro lugar, a sua morada, o seu abrigo. É o lugar onde as pessoas produzem sua vida cotidiana mais elementar, em casa, em sua privacidade, na convivência com seus amigos e familiares. Esse aspecto afetivo da moradia é tão fortemente vivido por crianças e jovens que chega a ser fator de relevância em sua definição de lugares que gostariam de morar. A área na qual a praça foi construída havia acabado de sofrer um incidente envolvendo fogo e as chamas tornaram o ambiente ainda mais danificado, sujo e mal cuidado servindo de ponto para usuários de drogas e comércio ilegal, dentre outras práticas que não envolvem o benefício estrutural do local. De modo a privilegiar a ação comunitária e o potencial de transformação social (ZANCHETTI et LAPA, 2012) os espaços públicos se tornam assim lugares de especial importância no cenário da recuperação urbana como elementos

dinamizadores, pois quando são renovados (Figura 14) geram automaticamente “externalidades positivas”, isto é, sinergias que atraem pessoas, recursos, inversão.



Figura 14: Ação entre voluntários que promoveu a construção de área de lazer na comunidade do Pilar.
Fonte: Thaís Bulhões, 2017.

A ação colaborativa na comunidade do Pilar ocorreu do dia 10/04/2017 e sua reconquista supõe enfrentar uma vasta gama de conflitos, cuja solução constitui um dos principais desafios para o desenvolvimento integral. Intervir no espaço público implica a concentração e coordenação de uma série de ações e atores (Figura 15) com um resultado muito visível e multiplicador, que garanta o retorno e apropriação das zonas centrais por parte da cidadania, com o melhor cenário para retomar a prática cidadã. Esse tema refere-se ao exercício de habitar na cidade, de compreender sua lógica e sua história. O direito de habitar é mais do que morar, é morar bem, frequentar a cidade, viver com dignidade, ter acesso aos bens da cidade, poder exercer seu modo de vida, ter o direito de produzir cultura, construir identidades.



Figura 15: Recuperação de espaço degradado na comunidade do Pilar.
Fonte: Thaís Bulhões, 2017.

O projeto partiu da investigação sobre as necessidades tangenciais presentes na comunidade, foi identificado que o espaço urbano do entorno tem perdido sua função de criar condições para estimular as relações humanas necessárias ao desenvolvimento saudável de seus habitantes. A população tem sido excluída do centro urbano, que se torna, para ela, corredor de passagem, em que não há tempo para a convivência, a troca de experiências, o ver e ouvir o outro. Ao mesmo tempo, esse espaço vem sendo apropriado por grupos que detêm interesses privados e o utilizam para promover o consumismo e criar desejos que nem sempre constituem necessidades reais para a maioria dos cidadãos que nele habitam. E, nesse caso, a dificuldade do diálogo entre os cidadãos facilita a ação desenfreada do mercado.

Em relação ao Recife, as obras de renovação do modelo haussmanniano do “bota abaixo”, em que a demolição alarga vias, como a rua Marquês de Olinda, e cria outros espaços, como a urbanização do Rio Branco

(Marco Zero) e a Avenida Rio Branco. Como também objetivavam aspectos intencionais de reforma urbana abordados por David Harvey (2011) o qual ele denomina como “destruição criadora”, reflexo do processo de absorção do excedente proporcionado pelo capitalismo que repercutem diretamente no processo de transformação urbana.

Os interesses econômicos produziram mudanças no uso do solo que potencializaram a degradação ambiental e urbana, concentrando o esvaziamento populacional. São os reflexos do que Harvey (2013) caracteriza como “empreendedorismo urbano”:

O empreendedorismo urbano tornou-se importante tanto nacional como internacionalmente nas últimas décadas. Refiro-me ao padrão de comportamento na governança urbana que mistura os poderes públicos (locais, metropolitanos, regionais, nacionais ou supranacionais) com um grande número de formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, instituições educacionais e de pesquisa, organizações comunitárias, ONGS, etc. e interesses privados (corporativos ou individuais) para formar coalisões capazes de promover ou administrar o desenvolvimento urbano ou regional de um tipo ou de outro. (HARVEY, 2013, p. 188).

A busca por resgatar espaços, destituídos de funcionalidade, através da intervenção colaborativa proporcionada e executada apenas por agentes externos a comunidade, como os estudantes e outros voluntários que não incluem os moradores no processo de execução da instalação dos equipamentos urbanos reflete nos resultados que obtivemos após a intervenção da área, em referência a esta ação (Figura 16). Dessa forma, diferentes perspectivas podem ser levadas em consideração para compreender a iniciativa e execução da ocupação do espaço, mostrando a complexidade dos agentes transformadores, em nuances, focos e interesses. Em linhas gerais, é oportuno entender esse fato-social de intervenção colaborativa como mais um aspecto da implantação de espaços, que se utilizam de suporte para as práticas espaciais cotidianas, que faz parte da história da

urbanização do Recife em suas novas formas de produção do espaço público na concepção da cidade contemporânea.



Figura 16: Publicação do jornal Folha PE .
Fonte: Folhape

A instalação de uma placa em homenagem à moradora Francisca Lopes, 91 anos. Residente mais antiga da comunidade, dona Chiquinha, como é mais conhecida, deu nome à nova área de lazer. "Ela representa a memória dessa população", explica o professor Igor Sasha em entrevista ao jornal Folha PE, que é membro da igreja A ponte. As ações de voluntariado no local, contudo, não se resumiram à área de lazer onde o grupo assumiu tarefas como terraplanagem, divisão do terreno, instalação de jardineiras, bancos, brinquedos (escorrego e escador em forma geométrica) e pintura, executando também

ações educativas envolvendo as crianças na inauguração (Figura 17) do novo espaço.

Oferecendo suporte nas áreas de saúde, educação, esportes e cidadania.



Figura 17: Atividade que envolveu as crianças na inauguração da praça.
Fonte: Thaís Bulhões, 2017.

3.2 REDE DE VIZINHOS QUE JUNTOS FORMARAM A PRAÇA AUTÔNOMA DA GUABIRABA

Até outubro de 2010 a praça era um terreno vazio, abandonado e moradores do local desejavam que a prefeitura fizesse alguma ação para revitalizar a área. No entanto, segundo o morador Josivan Batista da Silva, presidente do conselho de Moradores da Guabiraba, por várias vezes foi recorrido a prefeitura, e outros órgãos públicos, mas sempre esbarravam na burocracia e dificuldade. A comunidade então resolveu reunir esforços e viabilizou a construção da praça. “Há mais de trinta anos que se sonhava com esse espaço de lazer”, conta Debora Santos, moradora do local, disse também que mesmo não

conseguindo por meios públicos a comunidade se organizou e fez a praça se concretizar em conjunto. O local da referida comunidade era ponto de prostituição, drogas, não existia nenhum espaço de convivência. Em depoimento ao programa *Pé na rua*, Morador Iraquitan Clóvis conta:

Cerca de 25 pessoas resolveram botar na cabeça de que consultando a população poderia se construir o local. E aí se começou a conversar com a população a possibilidade de construir com os próprios recursos da comunidade, essa praça. Nós tivemos apoio da universidade Federal Rural de Pernambuco onde cederam as mudas de plantas pra gente fazer o canteiro, apoio de uma ONG chamada Visão Mundial que forneceu as estruturas dos brinquedos, os armazéns que nos doaram bancos, telhas e pessoas voluntariamente. E durante nove meses essa criança foi gerada, e depois de nove meses ela nasceu forte e firme. Então quer dizer, várias pessoas, a gente nunca pegava dinheiro, a gente sempre pegava o cupom com as notas pra gente ir buscar no armazém o material. Realizamos três bingos, onde os brindes eram doações das pessoas, e aí a gente conseguiu arrecadar quase 4 mil reais, engrossou a fileira também de pessoas pra ajudar. De tudo eu fiz um pouco, aqui eu tracei cimento, eu peguei a colher de pedreiro a alisei o cimento, aqui eu plantei, aqui eu varri, conservei muito, aguei as plantas e acima de tudo fiz um papel importante com todo o grupo que foi articular novas pessoas pra ajudar a gente nessa empreitada. Teve um momento aqui de nós termos 50 jovens traçando massa, fazendo concreto pra poder fazer as calçadas. Então era sinal que a comunidade absorveu a ideia. (Iraquitan Clóvis, 2010)

A Praça da Guabiraba, fica próximo ao terminal do Córrego do Jenipapo, no bairro da Guabiraba. Local construído unicamente por esforços da própria comunidade que batizou a praça com o mesmo nome do bairro, é tão repleto de união que reflete o poder da sociedade civil quando organizada em prol de um mesmo objetivo. O morador ainda revela que:

Quando a gente começou a construir essa praça eu varria esse terreno e encontrava aqui 60/ 50 frascos de lolo, quando a gente já estava terminando a praça a gente não encontrava nem mais 5. Essa praça foi um sonho realizado e daqui pra frente a gente quer utilizar esse espaço de uma forma mais sólida, trazer os grupos culturais e deixar o espaço livre pra que as pessoas tomem posse mesmo dele e cuide que esse espaço é nosso. É importante o poder público ajudar? É, mas se não ajudar a população com suas próprias mão tem o poder construir a sua própria história. Quando o poder público não puder fazer e nem quiser fazer meu amigo, arregança a mão e faça porque quem vai ter uma melhor qualidade de vida aqui não é o prefeito, é a população que aqui mora, é as crianças que aqui mora e é isso que a gente ganha. (Iraquitan Clóvis, 2010)

A criação da praça teve por objetivo obter um espaço de convivência, onde as pessoas se descobrem, aprendem novas dinâmicas, se encontram, conversam, estes grupos de moradores em sua organização autônoma buscaram ressignificar o espaço antes acentuado por relações de violência urbana, uso de drogas e nenhuma possibilidade de lazer para as crianças do entorno, para torná-lo novamente, um lugar de inter-relações.

A intervenção na praça da Guabiraba pode ser denominada de “ativismo”, pois mobilizou diferentes agentes e grupos na produção do espaço urbano e inserção de uma área de lazer, articulando linguagens e códigos que abarcam as mais diferenciadas escalas. Essas articulações são reflexo e condição da produção cotidiana dos espaços populares das metrópoles na contemporaneidade, articulando em “rede” diferentes agentes e grupos, não uma rede única, mas redes superpostas, de acordo com os diferentes interesses e ideias de cultura, produzindo conflitos, consensos e interseções diferenciados. Esta iniciativa resgatou o bairro e o colocou de volta ao mapa da cidade do Recife, enquanto espaço que mereça respeito e incentivos. Neste caso, foi a transformação de um terreno baldio (Figura 18) e palco da criminalidade em uma praça usada por todos. Além de garantir um espaço público seguro e acolhedor para os moradores, principalmente crianças.



Figura 18: Moradores promovendo intervenção para construção da praça da Guabiraba.
Fonte: Pedro Santana, 2011.

A ideia de rede como conceito propositivo diz respeito a uma estratégia de ação coletiva, a uma nova forma de organização e de ação (como rede). Subjacente a essa ideia encontra-se uma nova visão no processo de mudança social e da forma de organização dos agentes sociais para conduzir esse processo (SCHERER-WAREN, 1996). A abordagem antropológica tem feito uso do termo “redes sociais” referindo-se geralmente a redes locais ou geograficamente delimitadas. Já os estudos sociológicos segundo o autor apontam que:

As ações coletivas e movimentos sociais, que incorporam a noção de redes, podem ser examinados com base em duas perspectivas principais: uma oriunda da tradição americana de análise da ação coletiva e da teoria da mobilização de recursos e outra tradição originalmente europeia da teoria dos novos movimentos sociais (SCHERER-WAREN, 1996).

Considerando que as relações sociais (que são a expressão e instrumento de poder) são, necessariamente, especializadas, compreende-se que a dinâmica de um espaço autogerido apresentará características próprias em contraposição à dinâmica de um espaço heterogerido. Essa dimensão espacial, entendida tanto como substrato espacial, quanto como condicionamento exercido pelos recortes territoriais e pelas fronteiras sobre as

relações de poder, tem contribuído para a construção de novas relações sociais pautadas por significações imaginárias sociais distintas das atuais. O reconhecimento desses processos aponta também para a constante renovação dos imaginários motores (ENRIQUEZ, 1996), dos diferentes agentes e grupos, imaginários esses que consolidam limites e referenciais coletivos, articulando as diferentes percepções e experiências em uma trama de relações socioespaciais que origina um recorte muito concreto: o bairro, experiência compartilhada de territorialização da cidade (SERPA, 2007). Sobre o imaginário motor o autor descreve que:

O imaginário motor [...] é um imaginário dinâmico, inventivo. Sua presença permite que as pessoas envolvidas formulem projetos individuais ou coletivos, pensem nos meios a utilizar e lhes dá o gosto e o desejo de realizá-los através da transformação do mundo exterior (ENRIQUEZ, 1996, p. 180).

Por outro lado, o tecido social reticular que constitui a essência do processo de diferenciação e articulação de bairros é maior que o universo associativista formal (como associações de moradores, por exemplo), originando redes informais, chamadas por Tomas Vilassante (1996) de “submersas”. A constituição de espacialidades autônomas passa, portanto, por um aumento efetivo da participação de seus membros no sentido de uma abertura dos espaços públicos de decisão política, permitindo o exercício da autonomia individual e coletiva para que a sociedade auto instituída tenha a liberdade de criar novas relações sociais.

No entanto, tais relações são tão imprevisíveis quanto suas múltiplas possibilidades de existência. O espaço da autogestão permite a heterogeneidade, a multiplicidade e a constante transformação da sociedade. Um espaço no qual o corpo social se envolve ativamente com o processo de construção, pois é ele que o gere. Assim, é um espaço que intensifica as interações e acelera mudanças, onde indivíduos se agenciam livremente. Um

espaço onde a criação também está em destaque, para além da mera reprodução irrefletida. Enfim, é um espaço que precisa se articular em diferentes escalas, e busca fazer isso de maneira horizontal, esforçando-se em impedir coerções e imposições de grupos numericamente minoritários e, ao mesmo tempo, assegurando a liberdade individual.

Entretanto, vale ressaltar que a autogestão não significa combater o poder ou mesmo eliminá-lo, mas de construir formas de poder que são compatíveis com os valores democráticos. A filósofa alemã Hannah Arendt (1985) traz importantes contribuições para a reflexão que acaba abordando o poder não como algo eminentemente negativo. Para a autora, “o poder é necessariamente relacional, estabelecido entre indivíduos em interação (não podendo ser “possuído” por alguém ou algo), e se caracteriza por ser a capacidade humana de agir em uníssono” (ARENDT, 1985, p. 27).

Essas formas de articulação nem sempre ganham status de “movimento social” ou de “movimentos associativistas”, mas conferem caráter particular às intervenções urbanas onde as respectivas áreas de ocorrência são alteradas, demonstrando que são múltiplos também os modos de organização dos agentes e grupos nos dois bairros em destaque da cidade do Recife. Esses modos de articulação e organização poderiam ser mais propriamente chamados de “conjunto de ação” (VILASSANTE, 1996), articulando muitas vezes recortes e escalas do local ao global e desenvolvendo táticas e estratégias diferenciadas no cotidiano da cidade contemporânea.

As potencialidades de gerar um ambiente mais autônomo ativando processos democráticos de gestão de territórios por grupos autogestionados muitas vezes se confundem com processos de gentrificação (RENA; BERQUÓ, 2014), ou seja, de “hipsterização” e/ou “gourmetização” de regiões ditas degradadas e frequentadas por excluídos da lógica neoliberal de cidade, como a população de rua, traficantes, ambulantes

informais, dentre outros. Isso pode demonstrar também “novas formas de relações sociais, em intensidade, abrangência, intencionalidade e, em especial, seu significado e alcance num novo tipo de esfera pública”, na perspectiva apontada por Ilse SchererWaren (2005, p. 37). Uma esfera pública renovada e pensada sob uma perspectiva de articulação entre cultura e política na reprodução da vida cotidiana, nos lugares concretos da cidade.

4 A SAÍDA DOS PROTAGONISTAS E A SUA PERMANÊNCIA: RESULTADO DAS INTERVENÇÕES EM ESCALA TEMPORAL

Avaliar o processo de reabilitação do espaço público antes pouco utilizado, mais precisamente na comunidade do Pilar e Guabiraba ambas localizadas em Recife, por iniciativa proposta por agentes distintos foi executado a instalação de equipamentos e materiais recicláveis na construção de um espaço recreativo para os moradores das duas localidades.

As intervenções em análise foram propostas por agentes distintos, porém que ressaltam a mesma finalidade que é a construção de um espaço de lazer comum aos moradores. A espacialidade de um ativismo procura demonstrar a indissociabilidade entre espaço e relações sociais na constituição de um ativismo social, que se apropria simbólica e materialmente do espaço urbano, através de suas práticas singulares. Dessa forma é possível a análise de determinadas características estruturais do espaço urbano, a partir do olhar e das formulações de um determinado ativismo social, mudando o foco de análise, geralmente centrado no Estado ou nas diferentes frações do capital. Assim, Lefebvre aponta que:

O tempo e o espaço da era industrial tenderam e ainda tendem para a homogeneidade constrangedora. O tempo e o espaço da era urbana tornam-se diferenciais e esse caráter é posto em evidência pela análise. Redes e fluxos extremamente diferentes superpõem-se e se imbricam, desde as redes viárias até os fluxos de informações, desde o mercado de produtos até as trocas de símbolos. A dialética da centralidade introduz um movimento diferencial de uma potência extraordinária (LEFEBVRE, 2008, p. 87).

Não se busca relações de causa e efeito, mas visa-se identificar os participantes deste cenário social e registrar os processos em que estes se encontram imbricados (ANGROSINO, 2009). Para isso, na intervenção ocorrida na comunidade do Pilar foram

utilizadas estratégias de pesquisa vinculadas a pesquisa participante com a perspectiva de compreender os sujeitos pesquisados não como informantes, mas interlocutores, acaba-se por transformar a relação pesquisador e pesquisado em dialógica, trazendo como benefício a aproximação entre os horizontes semânticos dos dois e promovendo o diálogo entre iguais (OLIVEIRA, 1996). Essa metodologia foi adotada por facilitar o contato com informações obtidas diretamente dos atores envolvidos na definição da organização espacial interna das intervenções consideradas.

Assim, não se trata de uma repetição simples da história da cidade ou de um bairro, como uma crônica de fatos cronologicamente organizados, mas da compilação de uma série de elementos que auxiliem no entendimento da dinâmica atual estudada. Nesse sentido, o estudo da espacialidade de experiências de autogestão (ainda que permaneçam no emaranhado de uma sociedade heterônoma) consiste em uma importante tarefa, uma vez que “conquistar relações sociais menos heterônomas implica conquistar uma ancoragem das novas relações em uma espacialidade que a estimule e agasalhe” (SOUZA, 2006, p. 112).

Se as tarefas de mobilização das estruturas de lazer foram executadas com afinco, a prevenção da sua manutenção fracassou. O espaço antes inutilizado foi, gradativamente, sendo ocupado por novas ocupações de moradias sem estrutura, sobretudo de trabalhadores da área central ou da região portuária. As famílias buscaram assentamento em casebres de madeira (Figura 19) ou materiais preferencialmente extraídos dos canteiros de demolição no entorno ou na adaptação improvisada das construções históricas em ruínas.



Figura 19: Ocupações irregulares, no local que foi realizada a construção da praça no Pilar.
Fonte: Thaís Bulhões, 2018.

Nesse ínterim, os padrões de pobreza e exclusão social dos moradores do Pilar se

453 famílias na área (1.052 pessoas), conforme levantamento da Prefeitura da Cidade do Recife. Sobre a intervenção na comunidade do Pilar, em visita realizada ao local, por meio de uma conversa informal moradora comenta:

[...]Ah minha filha, quando vocês saíram daqui já levaram tudo, no mesmo dia já tiraram pneu e eu sei até quem foi mas ninguém pode fazer nada porque se não dá problema pra gente. Foi um esforço tão grande uma praça tão bonita mas a gente não merece não, merece ter mesmo tudo acabado porque ninguém dá valor. Querem o que não tem e quando tem destroem. [...] (Alzira, 2018)

Isso é reflexo de uma sociedade centrada pelo sistema capitalista que incentiva o crescimento a qualquer custo, ainda que prive o empoderamento e a participação do

cidadão na escolha da configuração da cidade em que quer morar, em que os produtores do espaço (estado, empreendedores imobiliários, comunidade, mercado, grandes empresas, comerciantes, etc.,) convivem com os conflitos sociais resultantes desse processo de transformação da cidade repercutindo diretamente na forma de produzir o espaço urbano, as políticas de gestão pública podem se configurar de múltiplas formas. Acerca do tema o autor Celso Furtado trás uma importante reflexão:

O indivíduo poderá reunir em torno de si uma miríade de objetos, mas sua participação na invenção destes terá sido nula. Os objetos que adquire e substitui a qualquer instante podem proporcionar-lhe “conforto”, mas carecem de uma vinculação mais profunda com sua personalidade. A produção de tais objetos está subordinada ao processo de acumulação, que encontra na homogeneização dos padrões de consumo uma poderosa alavanca. Alguns desses objetos serão extraordinariamente sofisticados, mas ainda assim pouco duráveis, pois a intensidade da inovação tem como contrapartida a rapidez da obsolescência. (FURTADO, 2008, p.116)

10

-ló economicamente e torná-lo vetor de atração populacional e de empregos qualificados. Neste contexto, estão inseridas ações de redução do trânsito, reabilitação de edifícios históricos, recuperação patrimonial dos armazéns desativados do Porto do Recife, atividades de recreação, esporte e lazer, investimento em infraestrutura tecnológica para atração de empreendimentos (Porto Digital), construção de novos estabelecimentos artísticos como o Museu Cais do Sertão.

, que não parece estar contemplada nas políticas públicas de revitalização em implantação no bairro. Mesmo situando-se a menos de 200 metros do Marco Zero e em pleno centro da cidade, as condições de inserção urbana e socioeconômicas da Comunidade do Pilar apartam seus

¹⁰ O projeto de requalificação do porto “Projeto Porto Novo” tem o intuito de revitalizar o antigo centro histórico da cidade o qual faz parte armazéns desativados desde 1992. A premissa é transformar esses espaços em áreas de lazer que potencialize o turismo (inserção de equipamentos: centro de artesanato, terminal marítimo, Memorial Cais dos Sertões, dentre outros).

moradores das benesses geradas pela requalificação em curso no restante do bairro (NERY et CASTILHO, 2008). Vale ressaltar que nesta pesquisa o “bairro” não é considerado como um recorte estático, congelado para sempre no tempo e no espaço da cidade. O “bairro” é, ao contrário, estável e mutante, reflexo e condição da trama de relações sociais que ali se especializa. Também não está isolado dos outros bairros, articulando-se em rede com outras áreas da cidade.

No entanto na praça da Guabiraba, se percebe uma durabilidade e manutenção dos recursos produzidos (Figura 20) em conjuntos principalmente engendrados pelos próprios moradores, no qual são os protagonistas que produzem e são produzidos por uma subjetividade singular, a partir da experiência cotidiana do desemprego, do subemprego, dos baixos salários, do acesso precário aos bens de consumo coletivo, da violência cotidiana de policiais e traficantes, da dificuldade (e até mesmo impossibilidade) de participação ativa na política (mesmo com todas as restrições da democracia representativa), do alto custo de vida etc. As experiências dessas condições objetivas e subjetivas de existência são singularizadas e transformadas em possíveis novos modos de existência. Tais experiências definem a espacialidade da ação coletiva urbana. Em conversa dona Jandira, moradora do bairro da Guabiraba conta o que aprendeu:

[...] Porque eu aprendi, aprendi a me conhecer, aprendi saber que eu posso fazer, aprendi a saber que a gente tem valor, na época eu era operaria trabalhava em fábrica ne, e o operário e o doméstico era dado por nada ne, era como se fosse a segunda senzala ne, e aqui na minha própria comunidade eu aprendi a saber que eu sou gente e que eu tenho valor e que eu posso fazer. Com certeza a comunidade ganha quando trabalha junta. A bíblia mesmo diz, um cordão com duas voltas se torna mais forte e isso é em tudo, é numa relação de casamento, é numa comunidade, porque a situação aqui é igual ninguém é maior nem melhor do que ninguém [...]
(Jandira, 2017).

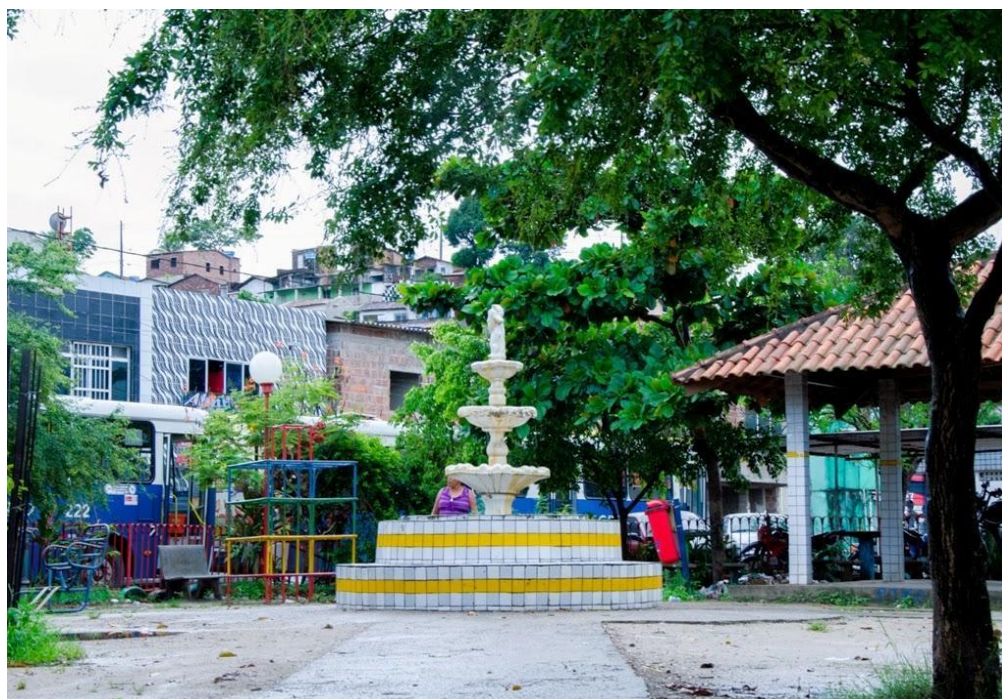


Figura 20: Praça da Guabiraba, construída por esforços dos próprios moradores da comunidade.
Fonte: Roberta Menezes, 2014.

Por outro lado, daí surge uma abertura para a experimentação livre e possibilidade de novos formatos de ação coletiva. Mas, talvez, a maior contradição deste processo é que os desejos representados por essas insurgências vêm sendo apropriados tanto pelas gestões municipais, que passam a promover ações e políticas públicas para espaços públicos, muitas vezes através de parcerias público-privadas, quanto pelo mercado imobiliário, que passa a adequar seu discurso para o de uma “cidade aberta” e “para as pessoas”, ainda que as tipologias não variem muito do modelo segregacionista e securitizada dos muros altos e que não se deixe de lado a extração da máxima rentabilidade de cada território em que operam. Ambas intervenções em análise foram capazes de promover uma alteração na função social que operam esse conjunto de objetos e eles atingiram o objetivo de promover algum tipo de (re)funcionalização dos espaços.

Na gestão do prefeito João da Costa a Praça da Guabiraba foi revitalizada em abril de 2012, sendo contemplada com mesas para a prática de jogos de tabuleiro, novos bancos,

conserto do gradil e do quiosque. Para as crianças que compareceram no local, a atração principal foi o playground que recebeu brinquedos novos. O sistema de luminárias foi modernizado para beneficiar os que utilizam a praça no período da noite, com uma melhor iluminação e mais segurança. Entre todas as intervenções no entorno da praça foi priorizada a acessibilidade com a implantação de rampas para cadeirantes. O prefeito Geraldo Júlio, em março de 2018 efetuou também em sua gestão a revitalização da Praça da Guabiraba (Figura 21), onde se encontra também a academia da cidade, o local foi totalmente reformado, recebendo investimento para a recuperação de brinquedos, iluminação e gradil.



Figura 21: Inauguração da Nova Praça da Guabiraba, com presença do prefeito Geraldo Júlio. Fonte: Hélio Guabiraba, 2018.

No entanto, a durabilidade das praças evidenciadas sofreu influências diversas no decorrer do tempo de fatores internos e externos, com isso foi possível perceber que possui longevidade maior uma ação que envolve os moradores locais na sua implantação, no momento de dar vazão às ideias e colocá-las em prática, não apenas no planejamento, mas

no envolvimento do morador com a área que a ele será ofertada ou revitalizada. É preciso ter o morador como protagonista da ação, trazer ele para junto e assim engajá-lo na construção de um espaço público mais convidativo. Participar do processo faz com que os moradores desenvolvam um afeto especial pelo espaço sendo parte também da transformação, por meio da participação efetiva isso impacta além do território, é como ter uma pedagogia ativa urbana, causando empoderamento e potencializando as realidades. É na vida corrida da cidade, que se torna cada vez mais necessária a organização social, e a comunidade da Guabiraba, continua com sua luta pela identidade local do bairro.

4.1 A REPRESENTATIVIDADE DA ARTE NAS FACHADAS DAS COMUNIDADES

A arte na fachada do Pilar (figura 22) é uma forma de falar da comunidade através das pessoas representadas por meio do grafite, essa forma de auto identificar/nomear os integrantes da comunidade indica a relação de imanência entre o movimento artístico urbano e o espaço geográfico (que se faz território e lugar), pois indica que os elementos que o constituem se encontram justamente nas periferias. As gírias, códigos, normas, a estética das roupas, tudo isso se constrói a partir dos agenciamentos que são feitos na periferia e nas suas relações com outras partes da cidade.



Figura 22: Grafite encontrado na fachada da comunidade do Pilar.
Fonte: Thaís Bulhões, 2018.

Sem dúvidas a intervenção pública se utilizando da expressão artística deve ter como iniciativa, propor visibilidade marcante a um determinado espaço de modo a modificá-lo, tendo como um dos principais objetivos a interação entre arte e público. Essa relação entre ambos deve ser fundamentada, criando possibilidades de interpretações diversas que vão de encontro, muitas vezes, ao despercebido, desvalorizado. Segundo a autora Maria Alice Ferreira, doutoranda da universidade de São Paulo (USP) em seu artigo, Arte Urbana no Brasil:

...expressões da diversidade contemporânea da universidade de São Paulo. A mesma define arte urbana como uma arte contemporânea, de cunho popular, que é feita em espaços externos da cidade, sobre o mobiliário urbano, sejam eles paredes, muros, placas e todo tipo de aparato de sinalização. Ela é transgressora já que, em certo sentido, não respeita os limites do público e do privado para se fazer expressar. Os anos 60 foram particularmente promissores para o desenvolvimento da linguagem da Arte Urbana. Nesta década viu-se surgir um movimento maciço de protestos contra o autoritarismo político e exacerbação do capitalismo nas sociedades ocidentais. Vários países europeus tiveram movimentos estudantis fortes assim como países latino-americanos. Assim, estas inscrições urbanas que

surtem em meados dos anos 60, tomam uma dimensão que, em certa medida, empodera a massa juvenil, dando mais uma possibilidade de expressão, que está no limite da transgressão. Este cenário de manifestações populares, onde o palco é cidade, dá as bases para um movimento que se inicia nos anos 70, em que as questões políticas estão diluídas e a presença das individualidades e da expressão artística começam a tomar vulto nas ruas das metrópoles. Surge aí o graffiti, que são inscrições urbanas, e outras adjacências advindas dele da qual denominamos Arte Urbana (FERREIRA, 2011)

Além disso quando analisamos o discurso dos protagonistas (que executaram a ação de elaboração da fachada) por meio de entrevistas informais é possível perceber como tal espacialidade constitui o próprio discurso. Dessa forma a arte na fachada dessa habitação popular busca ser o mais autêntico possível na construção da identidade local. A preocupação é explicada pelo fato de o artista querer ser totalmente compreendido pelas pessoas que observam a sua arte. O trecho de uma conversa realizada com o Manoel Quitério, em sua palestra realizada no paço do frevo intitulada: *Healing places* - revendo nossos próprios muros. O artista é responsável pela criação da grafiteagem na fachada da comunidade, feita no início de 2017, sua fala é elucidativa:

[...] Tinha medo de ser mal interpretado, da arte não tocar as pessoas que fazem parte dela. Se você perceber, vai ver que as imagens retratam o cotidiano das pessoas que nela vivem... A arte precisa tocar e eu desejava falar para os moradores da área, e não queria que ficasse parecendo que não era algo deles, feito para eles. (MANUEL QUITÉRIO, 2018)

A arte urbana pode ser considerada como um ativismo político-cultural urbano, pois está vinculada a produção de cultura, ou seja, de novas formas de ser e estar no mundo, de novas estéticas e linguagens (corporais, musicais e plásticas). Através dos seus elementos constituintes, a arte urbana gera novas formas de produção artística que são inseparáveis de novas formas de agir. Mencionar novas produções artísticas apontam para novas relações sociais, onde envolve também a política, pois é esse o principal elemento para a produção artística desse movimento urbano. Para produzir cultura, ele alimenta-se de política. Logo,

a sua produção cultural é também uma forma de se fazer política, pois afirma outras formas de ser e estar no mundo, outros modos de existência.

No caso da arte urbana, a experiência de condições objetivas e subjetivas de existência do espaço urbano leva à criação de um conjunto de críticas que pode ser considerado como seu núcleo discursivo. Esse conjunto crítico é formado pelos seguintes elementos:

A crítica à segregação sócio espacial, onde está é entendida como uma expressão das desigualdades estruturais de uma sociedade capitalista semiperiférica instituída pelas relações heterônomas entre morro e asfalto ou centro e periferia.

Crítica às ações do Estado como provedor de direitos básicos, seja por omissão ou precariedade de serviços públicos essenciais – habitação, saúde, transporte, saneamento, educação etc.

A arte pode ser identificada como um importante fator de reterritorialização dessas populações expropriadas e escravizadas ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo. O final da década de 60 e início da década de 70 são marcados por inúmeros movimentos que lutam pelos direitos civis da população de baixa renda e contra o racismo. O grafite urbano surge nesse contexto como uma forma de sociabilidade e mobilização política através da arte e da cultura, principalmente da juventude. São criados espaços de diversão e lazer onde a sociabilidade, a mobilização política e a produção de uma identidade andam juntas (Figura 23).



Figura 23: Expressão artística na fachada da comunidade Lemos Torres.
Fonte: Thiago Teas, 2018.

As periferias conseguiram se apropriar das técnicas hegemônicas de comunicação, produção visual e musical, bem como de técnicas das artes plásticas e da indústria de tintas, jets etc., para imprimir o seu tempo, sua voz, seu corpo, suas grafias, suas ideias e seu território no mundo. Sobre o desenvolvimento da fachada na comunidade o artista Thiago Teas, que formulou e concebeu essa expressão diz:

A comunidade Lemos Torre ganhou 18 prédios onde estão abrigando dezenas de famílias que viviam em situação de risco e agora moram em um condomínio com apartamentos lindos. Foi justamente isso que eu quis passar no véio, essa felicidade que a galera demonstrava pra gente, em forma de gratidão por estar ali. Mermão que sensação incrível, que bombardeio de sentimentos bons e ruins ao mesmo tempo, foi e é muito doido vê minha arte numa proporção dessa, saber que uma comunidade inteira vai ver essa frase todos os dias. Crianças que talvez não tenham acesso a arte vão tá todo dia fazendo o que é massa na arte “olha o vovô” “o papai Noel” “um fantasminha”. É isso que pra mim é o grafite. É nesse grafite que eu acredito o que soma, une, que é plural. (THIAGO TEAS, 2018).

Por essas razões é possível designar o grafite como um ativismo político cultural produzido nas periferias e favelas do mundo, onde é constituído também por outros elementos centrais como o rap e o *break*. O *rap* é a música, é um canto (às vezes, um verdadeiro discurso) em cima de uma base musical, geralmente eletrônica. Este elemento é aquele que conseguiu atingir o maior grau de popularidade, através do qual o grafite de funcionalidade crítica consegue se expressar de forma mais direta e contundente. A maior parte da força desse discurso vem da sua produção musical. Um rap possui três elementos centrais: a base musical (melodia, ritmo e harmonia), forma (rimas, ortografia) e conteúdo. A questão fundamental é encontrar uma harmonia entre os três elementos. Alguns militantes e artistas do movimento podem priorizar um ou outro desses elementos, alguns buscam as batidas perfeitas, outros as rimas perfeitas e, por fim, aqueles que estão preocupados em passar a mensagem perfeita.

O *break* é o elemento que trabalha com a potência do corpo. A dança é uma arte que busca explorar essas potencialidades e possibilidades, construindo uma nova linguagem, uma nova forma de expressão, onde não existe a necessidade da interpretação, apenas da captação da forma do movimento do corpo. O *break* abre a possibilidade da apropriação do espaço público (ruas, praças, estações de metrô etc.) por um curto período de tempo, mas que significa um ato de intervenção político-cultural na dinâmica urbana, pois leva uma nova estética, um novo ritmo, uma nova linguagem e um novo tempo que não é o tempo hegemônico das relações de trabalho, da reprodução do capital, dos transportes, da multidão que passa. Quando os b.boys levam o break (Figura 24) para o centro de uma metrópole como São Paulo, conseguem fazer com que um minúsculo espaço da cidade pare para observar o ritmo do novo corpo que ocupa a cidade.



Figura 24: Break dance no espaço públicos como forma de apropriação.
Foto: Thaís Bulhões, 2017.

O grafite é a arte urbana mais visível na cidade, é aquela em que intervém de forma mais direta na paisagem urbana. São desenhos e inscrições feitos nos muros das cidades, que não devem ser confundidos com pichações. Se olharmos com atenção para a cidade do Recife, podemos perceber um grande crescimento dessa expressão. Mas tampouco temos que descuidar da importância simbólica das fachadas nas comunidades em estado de vulnerabilidade no cenário urbano e sua enorme influência na percepção do lugar, o qual levanta a questão de necessária análise, quando a reabilitação total dos imóveis é muito cara e se distancia cada vez mais no tempo, ela também conforma o espaço público, resulta, portanto, numa “zona de fronteira” que merece um tratamento diferenciado.

Em tal sentido, seria lógico e necessário pensar uma ação que implicaria a restauração de fachadas condicionada à realização de ações indispensáveis que melhorem a habitabilidade do imóvel, sem chegar a uma profunda restauração. Desta maneira, os beneficiados com este tipo de ação não seriam apenas os residentes do imóvel

“melhorado”, mas sim todos os cidadãos em geral que desfrutariam novamente de um ambiente mais agradável e “re-significado”.

4.2 CRIATIVIDADE E MUDANÇA SOCIAL: RELAÇÃO ENTRE PARADIGMAS

O tema da criatividade se encaixa na cultura e política das cidades, no qual é preciso reconhecer, como Hannah Arendt destaca, que, por se basearem ambas na capacidade de julgamento e de decisão, cultura e política são fenômenos da esfera pública. As ideias de cultura indicam que arte e política estão estreitamente inter-relacionadas e muitas vezes são dependentes, não obstante seus conflitos e tensões. Para Arendt, em juízos estéticos, como em juízos políticos, toma-se sempre uma decisão. Desse modo, a atividade do gosto decide como o mundo deverá parecer, independentemente de sua utilidade e dos interesses que tenham nele. O gosto é a capacidade política que humaniza o belo e cria uma “cultura” (ARENDT, 2002). A cidade, como fenômeno cultural, pode ser traduzida, sintetizada, através da ideia de centralidade, como a possibilidade de encontro e de aproximação, da simultaneidade, da reunião, do intercâmbio e das relações. É a cidade que centraliza as criações humanas, como nos lembra Henri Lefebvre (1983, 1991). A palavra chave para entender a cidade como fenômeno cultural e artístico é, portanto, “articulação”. Articulação de diferentes conteúdos (sociais, econômicos, políticos, técnicos etc.) e de diferentes ideias de cultura na cidade contemporânea.

Já a cidade como fenômeno da criatividade ganha outros sentidos e formas de representatividade (Figura 25) que afirma a cidade como lugar da articulação e do encontro, há, portanto, múltiplas ideias de cidade.



Figura 25: Representação da cidade, forma de intervenção artística por meio da Tape Art.
Fonte: Thaís Bulhões, 2018.

A arte com fitas, conhecida como *tape art* é uma forma de expressão feita com fitas adesiva ou fita de embalagem, muito comum nos Estados Unidos e principalmente na Alemanha. Derivada da cena de arte urbana dos anos 60, a tape art surgiu como uma alternativa ao uso de tintas em spray. Ao contrário do spray, o ponto peculiar da tape art é a possibilidade de criar ambientes cheios de arte mutáveis, pela sua fácil remoção da superfície. A tape art deve ser compreendida como uma forma de intervenção urbana podendo se inserir também como potencial para ação social coletiva produzida na experiência cotidiana de seus protagonistas nas grandes cidades do mundo (Figura 26).

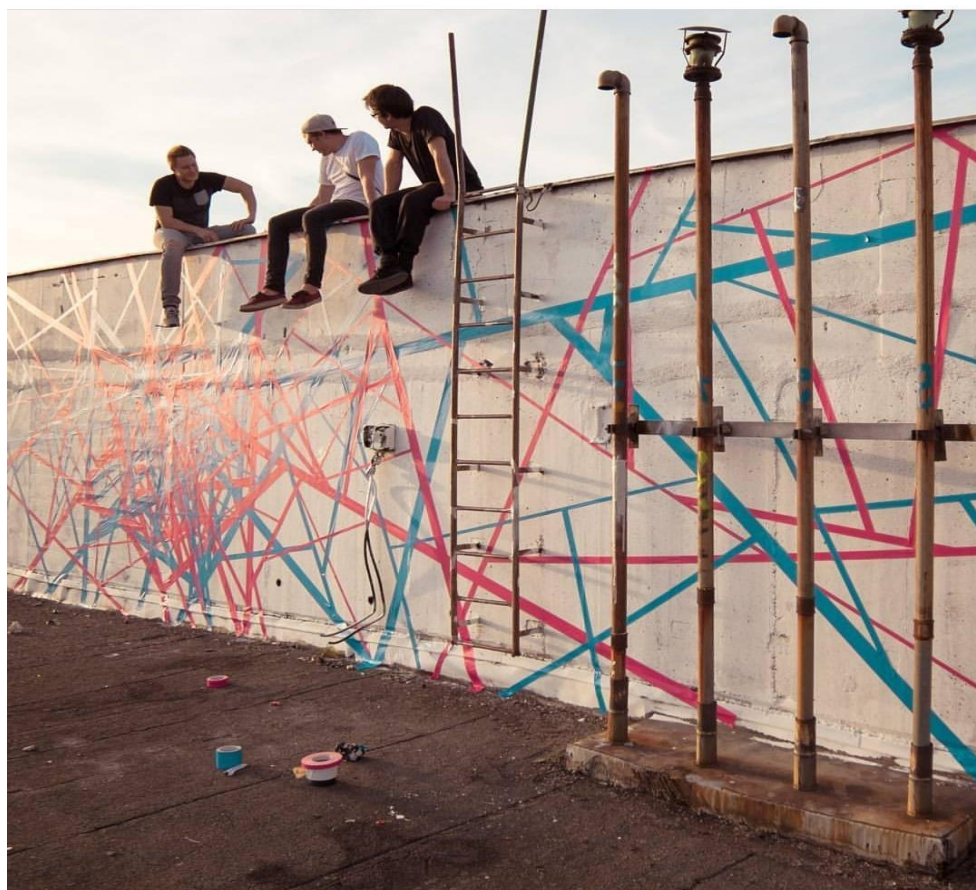


Figura 26: Intervenção com Tape Art nas ruas de Berlin, Alemanha.
Fonte: Tape Art Convencion Berlin.

Em outras palavras é a experiência concreta das relações sociais e de poder, da materialidade e da subjetividade que constituem o espaço urbano que é a força matriz dessa ação coletiva. É a relação imanente entre o espaço urbano e os protagonistas que produzem a arte urbana. O protagonista é o início da ação e do pensamento. Quando age e pensa, ele se coloca ou imprime movimento a algo. Agir e pensar são indissociáveis e produtivos: produzem poder, afetos, arte, relações econômicas, tecnologia etc. O protagonista possui uma determinada potência de agir e de pensar, que pode variar ao longo de sua vida e que vai variar, evidentemente, de um protagonista para outro. Logo, podemos pensar que todo indivíduo, grupo, classe ou fração de classe é um protagonista, mas cada um dotado de um determinado grau de potência, o que lhe confere uma capacidade maior ou menor de agir e

de pensar. O grau de potência depende da vontade, do interesse, dos recursos políticos, econômicos, jurídicos e tecnológicos disponíveis para os protagonistas.

Identities, narrativas e comunidades de prática, o projeto "*mais vida nos morros*"¹¹ parte da atuação sobre as micro-políticas de ocupação do espaço urbano, trazendo especificamente o grafite, como obra de arte e potencial dinamizador das relações sociais, sendo entendido como narrativas visuais de diálogo com a comunidade (Figura 27).



Figura 27: O grafite como potencialidade para mudança social, comunidade Alto do Ceu.
Fonte: Manuel Quitério, 2019.

O Mais Vida nos Morros vem sendo apontado como referência nacional em espaços urbanos para a Primeira Infância. O projeto é uma política pública de cidadania e

¹¹ Vinculado com tendências de inovações urbanística internacionais, o programa promovido pela prefeitura do Recife, mexe com a sensação de pertencimento e de cidadania dos moradores das regiões periféricas da cidade. De acordo com o secretário de Inovação Urbana do Recife, Tullio Ponzi, o Mais Vida nos Morros é inspirado em cases da Colômbia, México e Venezuela que apontam para uma mudança de comportamento dos cidadãos quando o poder público cria uma nova ambiência.

desenvolvimento sustentável para os morros do Recife, beneficiando até agora mais de 13 mil recifenses em 10 bairros da cidade. As intervenções urbanísticas e estéticas estimulam as habilidades motoras e cognitivas da Primeira Infância, e resgatam a cidadania dos moradores.

Assim, a dialogia e a heterogeneidade das construções sociais passaram a ser elencadas como eixo de entendimento da realidade inclusive conduzem a novas metodologias de análise. Neste sentido o projeto Mais Vida Nos Morros tem seu foco inicialmente em ocupações visuais, identificando como grafite, por meio da arte urbana relaciona-se com as demais narrativas dos sujeitos na organização relacional/dialógica do eu e na construção da relação de autoria/audiência com o público urbano. O projeto Mais Vida nos Morros, envolve estratégia de convivência na comunidade, incentivando a parceria e o sentimento de pertencimento.

Da mesma forma, propõe expor os discursos que constituem a ocupação do espaço urbano em questão. É, pois, nos movimentos de ocupação do espaço que a volatilidade da construção de sentidos pode ser muito bem expressa em termos dialógicos, nos quais nada é realmente fechado, evidenciando a construção social como um processo eternamente contínuo. Uma história escrita com cores e arte possibilita uma nova interação e vínculo com o bairro (Figura 28) onde o morador é o protagonista, o programa vem se consolidando a cada dia como uma política pública de cidadania e desenvolvimento sustentável. A moradora Tânia Maria Barbosa, 53 anos, dedicou-se pessoalmente ao espaço e contou que agora sente orgulho de chamar as amigas para conhecer o lugar onde mora. "Antes eu tinha vergonha da nossa rua, com esgoto correndo a céu aberto, muito lixo. Agora, tudo mudou. Eu recebo WhatsApp com fotos dizendo que minha rua está linda", contou ela, envaidecida.



Figura 28: Criança em deslumbramento com as novas cores da comunidade.
Fonte: Manuel Quitério, 2019.

Desta forma, podem-se abordar diferentes aspectos e contextos da apropriação/ocupação do espaço, enfatizando seus processos dialógicos através de uma perspectiva dinâmica, que compreende as ocupações urbanas como *happenings*¹², manifestações transgressoras que emergem no tecido urbano com forte conteúdo político. Estes exemplos de transformações nas vivências urbanas são provocadas pelo *modus vivendi*¹³ da sociedade contemporânea nos remetendo a uma reflexão sobre como o homem opera direta e indiretamente em uma relação dialógica com o espaço que ocupa.

¹² É uma forma de expressão das artes visuais que, de certa maneira, apresenta características das artes cênicas. Neste tipo de obra, quase sempre planejada, incorpora-se algum elemento de espontaneidade ou improvisação, que nunca se repete da mesma maneira a cada nova apresentação.

¹³ É uma frase em latim que significa um acordo entre partes cujas opiniões diferem, de tal maneira que elas concordam em discordar. Modo de viver, de conviver, de sobreviver.

Outro exemplo de cunho social, que o grafite pode desenvolver, é conhecido como *Pimp my Carroça*¹⁴, foi elaborado em 2007 por Thiago Mundano que começou a pintar as carroças dos mais de 20.000 catadores de lixo reciclável de São Paulo, que transportam, em um carrinho improvisado, toneladas de papelão, vidro e alumínio para os centros de reciclagem. "Percebi que essas pessoas são invisíveis, ninguém olha para elas", diz Mundano. A meta na época, era pintar 100 carroças, mas, com o tempo, Mundano viu que apenas pintar não bastava. As carroças precisavam de itens de segurança, como tintas refletoras para a noite, espelhos retrovisores, luvas e cordas para os catadores. Assim, nasceu o projeto *Pimp My Carroça* (Figura 29).



Figura 29: Carroça grafitada pelo projeto.
Fonte: conexaoplaneta.com.br.

Por meio do site de *crowdfunding* Catarse, Mundano arrecadou 64.000 reais (27,8 mil dólares), de 792 apoiadores. O projeto cresceu, se transformou em um evento no centro

¹⁴ Movimento que luta para tirar os catadores de materiais recicláveis da invisibilidade, promover a sua autoestima e sensibilizar a sociedade para a causa em questão, com ações criativas que utilizam o graffiti para conscientizar, engajar e transformar.

de São Paulo, onde as carroças foram pintadas e os catadores ganharam camisetas, alimentos e uma consulta com um clínico geral. Do início do projeto em 2007 até 2018, o Rio de Janeiro e Curitiba receberam uma edição do projeto, contabilizando mais de 120 voluntários e um número relevante de carroças pintadas. Existe também o interesse de desenvolver um aplicativo para que qualquer um possa localizar os catadores que estiverem mais próximos, e entregar a eles o lixo reciclável.

Existe uma cidade que interage e essa mesma cidade se “descola” da realidade dos lugares e se auto segrega em condomínios fechados, grandes *shoppings* e centros empresariais, seus habitantes priorizando o automóvel como meio de transporte, servidos por grandes avenidas, os eixos necessários do “deslocamento” mencionado e da auto segregação. Trata-se de centralidades hierárquicas, articuladas em rede, sob a lógica da produção capitalista. Centralidades da produção e do consumo, inclusive cultural. A espacialidade do social é possível ser compreendida a partir da ideia segundo a qual não existe nenhuma sociedade, grupo ou classe a-espacial ou a-geográfica, desprovida de uma espacialidade material e subjetiva que lhe permita se constituir, reproduzir-se e transformar-se no decorrer da sua dinâmica sócio-espacial. É possível identificar três atributos da espacialidade do social:

- 1) A transformação da natureza pelo trabalho humano produzindo objetos e ordenando-os de acordo com a organização política, econômica e cultural de cada sociedade (vide, por exemplo, SANTOS, 1996, 2002; QUAINI, 1979 e 1983).
- 2) A produção de significados, representações, discursos e formas de apropriação do espaço que passam pela subjetividade, pela estética e pelas percepções corpóreas. A espacialidade não é apenas material, concreta e

objetiva, mas comporta também a produção de uma subjetividade individual e coletiva, que é a base dos discursos, representações e significados que dão sentido e organizam as relações sociais (RELPH, 1976; TUAN, 1983; GUATTARI e ROLNIK, 1986).

- 3) A política e as relações de poder estabelecem o conjunto de regras hegemônicas que organizam determinada sociedade (leis, economia, cultura etc.) dentro de um determinado limite espacial, instituindo um território (RAFFESTIN, 1993). Nesse contexto, a intervenção urbana introduz a premissa da arte como meio para questionar e transformar a vida urbana cotidiana.

A arte não é lugar de entendimento da realidade, a arte é o lugar da dúvida da realidade. É o momento onde a realidade se oferece como latência produtiva. A arte não trabalha com o conceito de realidade, ela trabalha com a possibilidade de uma coisa vir a ser mais que um conceito de realidade. (WALTERCIO CALDAS, 1982)

Na década de 1970, impunha-se a necessidade de se compreender o processo de inserção da arte na sociedade a partir do exame crítico do caráter institucional específico do ambiente brasileiro, a questão era pensar os meios que permitissem fazer arte como trabalho. As intervenções artísticas urbanas levam a arte a tomar formas de ações concretas e, às vezes, recusar a racionalização ou classificar essa forma de expressão como algo substancialmente efêmero é negar a própria inteligência, aceitando a condição de objeto decorativo. A arte que dialoga com questões sociais e com o espaço urbano é ainda um desafio tanto para os teóricos quanto para os artistas, ambos trabalhando em campos diferentes, mas complementares. A arte é sobretudo um modo de conhecimento (Figura 30).



Figura 30: Interação com Tape Art desenvolvida no programa de Pós Graduação em Psicologia.
Fonte: Thaís Bulhões, 2018.

A tragédia que incendiou o Museu Nacional, no Rio Rio de Janeiro, trouxe danos irreparáveis a história do país e por meio dessa perda, foi criada uma arte alusiva ao incêndio, em um dos corredores do Centro de Filosofia e Ciências Humanas¹⁵, como uma forma de “elaborar” o que acontecera. A partir disso algumas propostas para a execução de atividades que envolveu um ciclo de palestras e diálogos propositivos para reflexão, as atividades foram avaliadas e elencadas dialogando com professores do programa de Pós Graduação em Psicologia (PPG/UFPE) e foi concebida visualmente por meio da técnica, que se utiliza da Tape Art, a possibilidade de fazer algumas intervenções estético-políticas. Na abertura do curso promovido pela professora Jaileila e equipe do Gepcol¹⁶, a Tape Art foi desenvolvida na parede ao lado do Mini-auditório, no sétimo andar do Centro de

¹⁵ Centro que integra a universidade Federal de Pernambuco.

¹⁶ Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, cultura e práticas coletivas.

Filosofias e Ciências Humanas. Ao saírem da palestra promovida pelo departamento de psicologia os participantes foram convidados a interagirem com a arte e “finalizarem” a obra adicionando fitas vermelhas, em alusão ao fogo.

A arte pode exercer importante papel no cotidiano. Segundo Claudia Büttner, para assumir uma função pública, a arte deve ter como princípio básico e indispensável criar obras artísticas “com e para” determinado lugar, abusando do confronto com o contexto e descobrindo, destacando e valorizando temas e lugares. (FONTES, p. 211, 2013)

Desse modo a arte pode ser considerada como um espectro que vai além da decoração, ela pode ser utilizada como meio de aprendizados, fazer gerar debates e discutir problemáticas da vida cotidiana e política. Descaracterizando o processo de aprendizagem hierárquico e envolvendo os participantes na construção dialogada de perspectivas. Os sujeitos são ativos e criadores e a realidade passa a ser não mais reproduzida e sim produzida por seus protagonistas. A ideia do protagonista nos permite retirar do Estado e das diversas frações do capital o monopólio da ação, particularmente no que se refere à produção e organização do espaço. Nessa perspectiva, todo protagonista possui um grau de potência que lhe confere a capacidade de ser produtor e organizador do espaço geográfico. A partir disso é possível pensar os ativismos e movimentos sociais como protagonistas que produzem e organizam o espaço geográfico, dentro das possibilidades do seu grau de potência e de acordo com suas singularidades. No caso da arte urbana, considerada aqui uma forma criativa de intervenção na cidade, tal produção e organização do espaço estão centradas em processos de ressignificação política e cultural do espaço urbano e na produção de estruturas econômicas ligadas à indústria cultural.

A subjetividade é um modo de expressão singular de vida. “A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos

de subjetivação, de semiotização – ou seja, toda a produção de sentido, de eficiência semiótica – não estão centrados em agentes individuais [...] nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam no funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual [...] quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal” (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 31).

Além disso, devemos destacar a importância da estética para a constituição do movimento de arte, que envolvem grupos de dança urbana como o frevo, que é considerado uma manifestação artística que nasce nas ruas, pelo povo de rua, pelos trabalhadores e pessoas marginalizadas. Característico na revelia ao espaço imposto como produto apático das relações, o frevo se utiliza como instrumento propositivo da arte na dança e se comporta como uma intervenção urbana, em recusa as relações intrincadas de opressão, são traços marcantes de uma estética jovem que interage com a dança, se utilizando também do grafite nas intervenções artísticas. Com tons de manifesto e alerta, a letra da cantora recifense Flaira Ferro defende a importância da arte para a formação política do sujeito e do frevo, reconhecido como Patrimônio Imaterial da Humanidade pela Unesco. Sobre essa perspectiva de intervenção é possível destacar um trecho da música na qual subverte Recife com frevo-rock na canção intitulada “Revólver”:

O meu revólver, é um estado de espírito, e o pessimismo, é luxo de quem tem dinheiro. A covardia impera sobre a ignorância mas a esperança é substância pra mudar. Mudar as coisas de lugar. Uma cidade triste é fácil de ser corrompida, uma cidade triste é fácil ser manipulada, no contra ataque da guerra arte! Pra não viver dando murro em ponta de faca no contra ataque da guerra arte! Ninguém nessa terra vai comer farinata, eu quero ver você dizer que não vai ter mais frevo! Eu quero ver você dizer que não tem frevo mais. [...] (Flaira Ferro, 2019)

Atenta ao momento político do Brasil, a pernambucana ironiza o decreto sobre flexibilização da posse de armas na primeira estrofe. E recorda a polêmica farinata¹⁷, que o então prefeito de São Paulo João Doria (PSDB-SP) anunciou como complemento a alimentação de crianças nas escolas da rede pública de ensino da cidade em outubro do ano passado. O clipe de “Revólver” faz do bairro de Santo Antônio, no Centro do Recife, o *background*¹⁸ ideal para tratar da reocupação da cidade. Em entrevista ao jornal Folha PE¹⁹ Flaira afirma “Queria inventar um jeito de me entranhar na cidade, rolar no asfalto, transgredir o cotidiano, me envolver com o ritmo das ruas, interagir com as pessoas e transformar a energia urbana em combustível para o entusiasmo”. No processo de produção de subjetividade singular da arte urbana, o espaço geográfico possui uma importância crucial, pois ele é a referência subjetiva que agencia os componentes das classes sociais.

A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal qual a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos comportamentos da subjetividade, produzindo um processo de eu chamaria de singularização (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 33).

No espaço é possível uma experiência integrada e simultânea desses componentes, onde a questão étnica e de classe perpassam uma pela outra. O espaço que agencia esses componentes são as favelas e periferias das cidades. Em relação a questão da classe, coloca-se claramente a questão da posse dos meios de produção, da posição do indivíduo

¹⁷ Composto produzido com alimentos que estão fora do padrão de comercialização ou próximos à data de vencimento.

¹⁸ Som (vozes, rádio, música etc.) que se ouve em segundo plano em determinado ambiente, filme etc., e ao qual se presta menor atenção; Conjunto das condições, circunstâncias ou antecedentes de uma situação, acontecimento ou fenômeno.

¹⁹ Reportagem no Folha de Pernambuco, Caderno Diversão, de 12 de fevereiro de 2019.

em relação ao processo de produção, da distribuição da riqueza socialmente produzida e possibilidade de participação política efetiva. A questão da classe passa pela inserção subordinada dentro do sistema produtivo e político, seja como um subempregado, um trabalhador de baixa remuneração ou um desempregado. Quaisquer que sejam as antinomias que se apresentem entre as visões da história que emergem em uma sociedade, o processo de mudança social que chamamos desenvolvimento adquire certa nitidez quando relacionado à idéia de criatividade.

[...]Simplesmente para reproduzir suas estruturas tradicionais, as sociedades necessitam de meios de defesa e adaptação, cuja eficácia reflete a aptidão de seus membros para formular hipóteses, solucionar problemas, tomar decisões em face da incerteza. Ora, a emergência de um excedente adicional – consequência do intercâmbio com outros grupamentos humanos ou simplesmente do acesso a recursos naturais mais generosos – abre aos membros de uma sociedade um horizonte de opções: já não se trata de reproduzir o que existe, e sim de ampliar o campo do que é imediatamente possível, esse espaço intermediário entre o ser e o nada, dentro do qual se concretizam as potencialidades humanas.[...] (FURTADO, 2008, p.111)

O mundo, o espaço e a cidade são construções humanas plenas de relações entre sujeitos, construções radicalmente intersubjetivas. Afinal, o essencial da atividade criadora evolui na medida que “só sentimos que existimos depois de já ter entrado em contato com os outros, e nossa reflexão é sempre um retorno a nós mesmos que, aliás, deve muito à nossa frequência do outro” (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 48), no qual a dialética da inovação encontra aí possibilidades das quais se libera quando se produzem as discontinuidades referidas.

Enfatizando a necessidade de uma reflexão sobre os espaços vividos e cotidianos, sobre a importância do lugar e dos processos de apropriação espacial, em toda sua complexidade, no período atual é preciso aprender a fazer dos recursos intangíveis (cultura, conhecimento, aprendizado) a “matéria prima” e a essência de uma nova economia da

abundância, potencializada pelos infinitos oferecidos pelas novas tecnologias, ferramentas de ensino e a organização em redes e coletivos (Figura 31). É preciso criar novos modelos que não apenas tem resultados econômicos, como também resultados nas dimensões social, ambiental e cultural simbólica.



Figura 31: Oficina de tape art escolar experiência que une fitas, tintas e histórias.
Fonte: Thaís Bulhões, 2018.

Vislumbrar a arte como potencial para educação é acreditar em novos caminhos sem determinações impostas pelo capital e pela força de trabalho que utiliza a exploração do homem pelo homem. É possível criar algo diferente ao que vem sendo exposto como padrão, pois todos nós possuímos criatividade, porém poucos se consideram realmente criativos. É necessário experimentar sair da caixa ao qual vamos embarcando no transcorrer da vida, as crianças possuem muitos gatilhos de criatividade mas falta a ela repertório e é necessário cultivar esse potencial criativo. Movimentos com esse caráter

representam uma mudança cultural para novos tipos de participação democrática e econômica que pode proporcionar um futuro mais sustentável e igualitário.

Economia Criativa é gerar experiências únicas, que dependem de diversidade e hibridismo. A grande dificuldade, herança da colonização, é reconhecer aquilo que o território, sua gente e comunidades têm de único e próprio, pois este é seu maior patrimônio e normalmente não o vemos. Esta é tanto a grande dificuldade quanto a grande oportunidade. Não se trata apenas de desenvolver a cultura, mas sim de desenvolver o país e seus territórios através da cultura. A Economia Criativa assume o desafio de construir uma nova alternativa de desenvolvimento, fundamentada na diversidade cultural, na inclusão social e na inovação, podendo ser uma solução de desenvolvimento e sustentabilidade para o território, sendo um fator de avanço e competitividade para todas as áreas (não apenas aquelas ligadas à cultura) desde que se tenha uma ação integrada e transversal entre áreas. Esta necessidade de governança integrada é a grande fraqueza (pois geralmente está ausente), e a grande oportunidade, pois quando ela existe os avanços são enormes.

As transformações nas formas de produção, consumo e convivência social nas sociedades modernas têm no conhecimento e na criatividade sua base dinamizadora. Por isso, atributos de conhecimento e criatividade constituem fator de altíssima relevância no desenvolvimento social, econômico e político de um país. Por outro lado, as crises sociais, econômicas, ambientais e culturais que vivemos são expressões concretas de que o modelo moderno de desenvolvimento, fundamentado na acumulação da riqueza e do crescimento do Produto Interno Bruto, está em franca decadência. Desenvolvimento deve significar, sobretudo, qualidade de vida e ampliação de escolhas. O economista e então Ministro da

Cultura, Celso Furtado, relacionou o desenvolvimento à ideia de criatividade no seu livro “Criatividade e Dependência na Civilização Ocidental”:

[...]as sociedades necessitam de meios de defesa e adaptação, cuja eficácia reflete a aptidão de seus membros para formular hipóteses, solucionar problemas, tomar decisões em face da incerteza. Ora, a emergência de um excedente adicional...abre aos membros de uma sociedade um horizonte de opções; já não se trata de reproduzir o que existe, e sim de ampliar o campo do que é imediatamente possível[...]

O novo excedente, constitui, portanto, um desafio à inventividade em sua dupla dimensão de força geradora de novo excedente e impulso criador de novos valores culturais, esse processo libertador de energias humanas constitui a fonte última do que entendemos por desenvolvimento. A civilização industrial, subordinada à lógica da acumulação, põe em risco a liberdade humana, aliena o homem. Por isso Furtado propõe seu livro “Criatividade e Dependência na Civilização Industrial” uma revolução cognitiva, que restaure o primado da sabedoria sobre o conhecimento instrumental, relacionando desenvolvimento a ideia de criatividade. Os limites da ação do estado e da tecnoburocracia, entretanto, estão claros para Furtado, assim como os seus riscos. O objetivo não é apenas o desenvolvimento, que afinal funciona como uma ideologia legitimadora da relação centro-periferia, mas a própria liberdade humana. E para isto não há receita, mas uma luta diária e uma análise dialética permanente, para qual a criatividade na transformação dos espaços públicos, em específico nas comunidades carentes, constitui-se em uma contribuição marcante.

Para sublinhar a profundidade desse tema urbano de relevantes intervenções qualitativas nos espaços públicos, bem como a perplexidade e a incerteza que a acompanham, o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre propôs, em uma de suas obras (“A revolução urbana”), uma confrontação radicalmente dialética de argumentos a favor da rua, mas também contra ela. Entre os argumentos favoráveis à rua está aquele que a define

como lugar do encontro, do movimento, da mistura. A rua contém aquelas funções negligenciadas pelo modernismo de Le Corbusier: informativa, simbólica e lúdica. Lugar da “desordem” ou da possibilidade de uma “nova ordem”, do acontecimento revolucionário e da troca pelas palavras e signos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto alguns questionamentos surgiram no decorrer desta pesquisa, e que apontarei aqui como parte das minhas considerações, é preciso pensar a cidade como produtora de cultura (BAUMAN, 2003, p. 120), ou seja, pensá-la como produtora de cidadania. O nosso grande desafio está em garantir o acesso e a ampliação da cultura própria de cada grupo em sua comunidade, uma vez que nem todos usufruem igualmente o direito à cidade, entendido como uma vida digna e acesso pleno a tudo o que ela proporciona como a segurança de estar no mundo, a liberdade de ir e vir, de manifestar opiniões, de poder trabalhar, educar-se, morar dignamente e ter acesso à cultura nas suas diversas formas. A garantia desse acesso passa por um processo de transformação social e política, de novas discussões sobre o homem e a cidade em que habita. Diante de tal reflexão, é relevante o quanto as intervenções urbanas, por meio da arte e de outras manifestações culturais, se fazem necessárias e se tornam importantes para desenvolver nas pessoas a capacidade de pensar a cidade como um espaço produtor de lutas, dos movimentos sociais e da formação de cidadãos sensíveis e transformadores da sua própria realidade. Ver a cidade é ver o mundo, e assim pensarmos o mundo como a nossa cidade, em que:

Há uma sociedade ideal, ou seja, imaginária, de pequena escala, tecnologicamente simples, que permite o contato face a face, onde a maior parte das interações é feita com pessoas que conhecemos e é de um tipo que habitualmente chamamos de “tradicionais” (APPIAH, 1999, p. 229).

Tais cidades são reflexos do mundo e refletem o mundo com toda a pluralidade humana e diversidade cultural produzida pelos homens, sem, no entanto, perder seu caráter de permanente novidade que só o local nos dá. A contracultura emerge da própria cidade,

agregando novos valores dos que chegam ou reagindo a produtos culturais impostos por uma indústria cultural que se desenvolve em todos os regimes, tanto no quadro do Estado quanto no da iniciativa privada. A contracultura surge da necessidade de afirmação de grupos, portadores de novos desejos e apropriadores de novas tecnologias – ou de novos usos para velhas tecnologias – e dispostos a discutir e rever a cidade e suas relações. Ela se manifesta pelas vias paralelas ao poder instituído e, muitas vezes, contra as suas instituições. A sua primeira função é mostrar uma cidade invisível à cidade visível. Por princípio, ela é uma cultura de minorias, centrada em indivíduos, pequenos grupos que têm como principal característica a radicalidade de suas propostas.

Mesmo em situações bem distintas, como das intervenções analisadas nesta pesquisa, percebe-se que independentemente do tamanho ou da forma, o que vai dar vida a esses espaços são as práticas e os usos cotidianos, em um determinado espaço constituído por elementos globais e locais, ao longo tempo, o que caracteriza a dinâmica sócio-espacial das áreas urbanas. Seja na intervenção da comunidade do Pilar ou a ocorrida na Praça da Guabiraba, elas nunca estarão configuradas iguais, pois são as peculiaridades das ações que os definem, ou seja, a cultura, não sendo apenas modelos arquitetônicos. Entretanto estes são locais de convivência e de relações sociais cotidianas, ou seja, são elementos que caracterizam a paisagem urbana, refletindo a cultura local e proporcionando o exercício da cidadania.

Para que haja uma perspectiva de preservação das intervenções urbanas tal como espaço público se faz necessário a valorização da memória, seja ela individual, coletiva ou histórica, pois desta forma a cidade se torna dinâmica, em constante metamorfose, visto que a memória não é o cultivo do passado, e sim da cultura que irá influenciar nas relações sociais. O espaço público precisa ser percebido como um lugar que integra a cidade e não

que se distancia dela, que se una a paisagem, e não seja considerada sem relação alguma com a sociedade a que pertence.

Da necessidade de afirmação de uma cultura não ligada à burocracia e ao padrão surgem as intervenções não oficiais: a favela e a ocupação, o beco e o atalho, o mercadinho e o botequim, o samba e o batuque, o cavaquinho e o pandeiro, o grafite e a quebrada. O espaço torna-se, assim, um elemento fundamental de identificação dos cidadãos, seja nos seus espaços públicos, como as praças e os parques, nas suas construções referenciais das várias formas de viver, nos espaços do bairro ou nas suas moradias. Por meio da arte é possível construir a identidade de um lugar e compartilhar as experiências e vivências de um povo ao longo de sua história. Valorizar as intervenções urbanas pela arte é dar visibilidade à cultura de um lugar e dar voz às diversas formas de expressão. Trata-se de construir a interação em vez da segregação. Frente a esses desejos vale salientar que a discussão acerca desse assunto não se encerra por aqui, visto que é um tema que abrange diferentes realidades, podendo haver uma continuidade em pesquisas posteriores.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone A.; GOMES, Edvânia. Análise comparativa dos arranjos territoriais e dos dilemas da gestão sócio-espacial em Parques Urbanos situados em metrópoles: Particularidades e generalizações entre o Tiergarten – Berlim-Alemanha e 13 de Maio – Recife-Brasil. Anais do Seminário A questão ambiental urbana: experiências e perspectivas. Brasília, UNB, 2004.
- ANGROSINO, M. (2009). Etnografia e observação participante. Porto Alegre: Artmed.
- ARANTES, P. A Anti-Reforma Urbana Brasileira e um novo ciclo de lutas nas cidades. São Paulo, Editora Caio Prado Jr, 2014.
- ARENDT, Hanna. A condição humana. 10. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- ARENDT, Hanna. Entre o passado e o futuro. 5. Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. Coleção Debates/ Política.
- BITOUN, J. Impactos Socioambientais e Desigualdade social: vivências diferenciadas frente à mediocridade das condições de infra-estrutura da cidade brasileira: o exemplo do Recife. In: MENDONÇA, F. Impactos socioambientais urbanos. Editora da UFPR. Curitiba, 2006.
- BITOUN, J. Movimentos Sociais Urbanos e Trajetória do Urbanismo. Revista Cidades, Presidente Prudente, N° 11, V. 7, 67-77, 2010.
- CAMPOS, Heleniza Ávila. A conservação dos conjuntos históricos em áreas centrais urbanas a partir do uso de seus espaços públicos abertos: um recorte no centro expandido da cidade do Recife. Recife: Dissertação de mestrado em desenvolvimento urbano – UFPE, 1995. 174 p.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARLOS, Ana F. A.; LEMOS, Amália I. G. (orgs). **Dilemas Urbanos: Novas Abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. 430 p.
- CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e cidades educadoras. Petrópolis: Vozes, 2003. 180p.
- CASTILHO, C. J. M. **Movimentos Sociais Urbanos e Construção do Espaço Cidadão em Lugares Pobres do Recife/PE**: uma história dos movimentos de bairro, conquistas e impasses, na busca da construção da cidadania. Revista de Geografia, Recife: UFPEDCG/NAPA, N° 2, V. 19, 29-61, jul/dez, 2002.
- CASTILHO, C. J. M. **Processo de Produção Desigual do Espaço Urbano**: Recife – impasse permanente da coexistência de interesses da “cidade à acumulação de capital” e da

“cidade à realização plena da vida humana”! Revista ACTA Geográfica, Boa Vista, Nº 10, V. 5, 95-113, 2011.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade**: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. São Paulo: Papirus, 2008.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

CORRALIZA, J. A. (1997). **La Psicología Ambiental y los problemas medioambientales**. Papeles del psicólogo (Revista del Colegio Oficial de Psicólogos, España), (67), 26-30.

DEHEINZELIN, L. **Economia criativa e futuros desejáveis**. DOM Strategy Partners, 2011.

DEHEINZELIN, Lala. **O estado e a economia criativa numa perspectiva de sustentabilidade e futuro** in Plano da Secretaria de Economia Criativa Políticas, Diretrizes e ações: 2011 a 2014, Brasília, Ministério da Cultura.

DEHEINZELIN, L. **Saindo do século xix e entrando no século xxi**. Revista Arc Design, São Paulo, n.º 72 p. 72-73, janeiro de 2011.

DESLANDES, Suely, GOMES, Romeu, MINAYO, Maria. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

DUNKER, C. I. L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENRIQUEZ, Eugène. **Como estudar as organizações locais**. In: COLÓQUIO SOBRE PODER LOCAL, 6., Salvador, 1994. Anais... Salvador: NPGA/UFBA, 1996. P. 179-187.

FERREIRA, Maria Alice. **Arte Urbana no Brasil**: expressões da diversidade contemporânea. Universidade Nove de Julho / SP. (doutoranda). 2011. Disponível em: . Acesso em: 24 jun. 2016.

FONTES, Adriana Sansão. **Intervenções temporárias, marcas permanentes**: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea. ArchDaily Brasil. Rio de Janeiro. 2013.

FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOITIA, Fernando Chueca. Breve História do Urbanismo. Lisboa: Presença, 1982, 226p.

GOMES, Paulo César da Costa Gomes. **A Condição Urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 304p.

GONZALVES, F. N.; ESTRELLA, C. (2006) **Comunicação, cidades e invasões artísticas**. UNIrevista - Vol. 1, nº 3.

GUATTARI, F. (1992). **Caosmose**: um novo paradigma estético. Editora 34, Rio de Janeiro.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito de alienação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999. [1970]

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Belo Horizonte: UFMG, 2008. [1972]

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2001 [1968].

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARICATO, Erminia. Para entender a crise urbana. 1ed – São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MONTE-MÓR, R. L. **O Que é o Urbano, no Mundo Contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

MOREIRA, Fernando Diniz.

-

. V. 6, 1995;

-

MOREIRA, R. **As Categorias Espaciais da Construção Geográfica das Sociedades**. Revista GEOgraphia, Niterói, Nº 3, V. 5, 59-69, 2001.

MUMFORD, L. **A Cidade na História**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

MUNFORD, L. A cidade na História. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

NERY, N. S.; CASTILHO, C. J. M.

do Recife: Possibilidades de inc

Humanae, v.1, n.2, p.19-36, Dez 2008;

.

OLIVEIRA, D de P. R. de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologias, prática. 10. ed São Paulo: Atlas, 1996.294p.

- QUAINI, Massimo. A construção da Geografia Humana. São Paulo: Hucitec, 1983 [1975].
- QUAINI, Massimo. Marxismo e Geografia. São Paulo: Paz e Terra, 1979 [1974].
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993 [1980].
- RENA, Natacha S. A.; BERQUÓ, Paula; CHAGAS, Fernanda. **Biopolíticas espaciais gentrificadoras e as resistências estéticas biopotentes**. Lugar Comum (UFRJ), v. 1, p. 71-88, 2014.
- SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2008.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 192p.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Metodologia das redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. In: COLÓQUIO SOBRE PODER LOCAL, 6., Salvador, 1994. Anais... Salvador: NPGA/UFBA, 1996. P. 165-176.
- SERPA, Angelo. (Org.) **Cidade Popular** – trama de relações socioespaciais. Salvador: Ed UFBA, 2007b.
- SERPA, Angelo. **Experiência e vivência, percepção e cultura**: uma abordagem dialética das manifestações culturais em bairros populares de salvador. Ra'e ga – O espaço geográfico em análise, Curitiba, n. 8, p. 19-32, 2004.
- SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007a. 208 p.
- SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a agora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Com o Estado, Apesar do Estado, Contra o Estado:** os movimentos sociais e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. Revista Cidades, Presidente Prudente, N° 11, V. 7, 13-47, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O bairro contemporâneo:** ensaio de abordagem política. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 140-172, 1989.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O que pode um ativismo de bairro?** Reflexões sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. 1988b. 241f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Práticas Espaciais Insurgentes em um Mundo Globalizado: da “revolução molecular” à política de escalas.** In: MENDONÇA, Francisco (et al. Orgs). Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ANPEGE/Ademadan, 2009. 459-478.

SOUZA, Marcelo Lopes; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais.** São Paulo: UNESP, 2004.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** A perspectiva da diferença. São Paulo: DIFEL, 1983 [1977].

VILLASANTE, Tomás. Metodologia dos Conjuntos de Ação. In: FISCHER, Tania. (Org.). Gestão contemporânea – cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996. P. 37-51.

(CECI). Olinda, 2012;

SITES:

Programa Pé na Rua – 2ª temporada, programa 32. Quadro "Dá Certo" na Praça Autônoma da Guabiraba. Produção: Ateliê Produções, 2010. (5m47s). Disponível em: www.youtube.com/pracadaguabirabaprogramapenarua

Programa NE TV – primeira edição. Produção: Globo Nordeste, 2010.

www.revista.algomais.com

www.anpur.org.br

www.doedu.com

www.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/projetos-urbanos/parklets

www.placemaking.org.br/home/o-que-e-placemaking

www.portalconecta.recife.pe.gov.br

www.thecityfixbrasil.com/o-poder-de-transformacao-do-urbanismo-tatico

www.brasil.elpais.com/

www.diariodepernambuco.com.br

www.colecaolivrodeartista.wordpress.com/tag/waltercio-caldas

www.revistas.usp.br

www.jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades

www.conexaoplaneta.com.br/blog/pimp-my-carroca-lanca-cataki-o-tinder-da-reciclagem-que-encontra-o-catador-mais-proximo-de-voce